

Câmara dos Deputados

**Congresso, democracia
e o novo ciclo político brasileiro**

MARCUS PESTANA
Deputado Federal

Brasília – 2011

Câmara dos Deputados

**Congresso, democracia
e o novo ciclo político brasileiro**

Atuação Parlamentar do Deputado Federal Marcus Pestana (PSDB-MG)

Centro de Documentação e Informação
Coordenação Edições Câmara
Brasília – 2011

Sumário

Apresentação.....

Discursos proferidos em Plenário

Rejeição do Projeto de Lei 1.749/11 (Autoriza a criação da EBSEH).....

Posicionamento em relação à Regulamentação da EC nº 29.....

Homenagem póstuma a Itamar Franco.....

Homenagem ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (celebração de 80 anos).....

Encaminhamento da votação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas.....

Avaliação crítica da MP 526/11 (Constitui fonte de recursos adicional ao BNDES).....

Discurso proferido no Grande Expediente (26/4/2011).....

Sucesso do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....

Posicionamento favorável a incentivos aos empreendimentos em municípios da Sudene.....

Ponderações sobre a inoportunidade de investimento no Trem de Alta Velocidade.....

Artigos selecionados

Políticas públicas, controles e corrupção.....

Tributos, Federação e a reforma necessária.....

Confiança social, representação política e democracia.....

Estabilidade, carga tributária e finanças públicas.....

Reforma política: as resistências e o estado da arte.....

Infraestrutura, desenvolvimento e parcerias.....

Chegou a hora: EC 29, mitos, riscos e realidade.....

Revolucionar o sistema educacional: tarefa coletiva.....

Um balanço dos oito meses do Governo Dilma.....

Socialdemocracia, sindicatos e o PSDB.....

A crise americana, a Europa e o Brasil no meio do mundo.....

Faça a coisa certa.....

A emenda constitucional no 29: novela e desfecho.....

Reforma política: calendário e mudanças.....

Itamar Franco: ética, espírito público e nacionalismo.....

Pacto Federativo, royalties e equidade.....

FHC, 80 anos: a herança definitiva.....

Política industrial, BNDES e prioridades orçamentárias.....

A melhor saída.....

O futuro do país, o PSDB e a 10ª Convenção Nacional.....

A medida provisória 512 e a área mineira da SUDENE.....

A agenda de desenvolvimento da Mata Mineira.....

Entrevista para Revista Encontro (maio/2011).....

Apresentação

O ano de 2011 marca o início de um novo ciclo político na história brasileira. Após 16 anos passados dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, novos desafios se apresentam. É nesse ambiente que exerci meu primeiro mandato na Câmara Federal.

Escolhi como foco de minha ação parlamentar quatro temas essenciais. Em primeiro lugar estão as políticas públicas de saúde, em função da experiência acumulada por sete anos à frente da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Também procurei me dedicar aos temas ligados à Economia, particularmente, às finanças públicas e ao sistema tributário. Além disso, busquei me dedicar à discussão sobre a modernização da Administração Pública, após 18 anos de atuação em cargos na esfera do Executivo. Por fim, um tema que sempre chamou minha atenção e acredito ser crucial para o avanço da Democracia no Brasil: a Reforma Política.

Em torno desses eixos procurei concentrar a minha atividade parlamentar, a militância como dirigente partidário e o esforço em torno da formulação e reflexão teórica. Esta publicação, composta de artigos e discursos selecionados, espelha o rico aprendizado neste primeiro ano como deputado federal.

Deputado Marcus Pestana
PSDB/MG

Rejeição do Projeto de Lei 1.749/2011 (Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSEH e dá outras providências). Discurso proferido em 20 de setembro de 2011.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, um problema real: existem mais de 26 mil trabalhadores que ficaram numa situação totalmente irregular. O TCU indicou isso de forma terminal em dezembro de 2006. A imprevidência, a inoperância do Governo para gerar uma solução sólida nos coloca nesta situação: a Câmara dos Deputados tendo que decidir sem aprofundar o debate, sem a participação devida da comunidade universitária.

Essa solução encontrada para um problema real – e não houve ação diligente, no tempo correto, do Governo Federal – nos coloca diante de uma proposta que vai contra tudo o que é moderno e contemporâneo na administração pública: ao invés de descentralizar, nós criamos uma nova estatal, centralizando as decisões. E haverá conflito de interesses, de condução entre os reitores, os diretores de hospital e os dirigentes desta nova estatal. Ao invés de fortalecer a autonomia universitária, estamos concentrando o poder em Brasília; ao invés de desburocratizar a gestão pública, estamos burocratizando; ao invés de jogar no sentido da austeridade fiscal, estamos adotando uma solução mais cara, mais uma estatal num País que tem inacreditáveis 39 Ministérios. Mais uma estatal!

E quando se cria um órgão, uma estatal, se sabe como começa, mas não se sabe como termina. A tendência das organizações burocráticas é agigantar-se cada vez mais, criar novas despesas. Nós poderíamos ter soluções descentralizadas com a figura das organizações sociais ou mesmo com empresas públicas descentralizadas. Esta solução vai, portanto, na contramão de tudo por que deveríamos lutar. Estaremos criando uma nova estatal numa máquina que já é inchada, na contramão da reforma e da modernização do Estado.

Portanto, creio que esta Casa deve pensar muito na hora desta votação. São 46 hospitais universitários. Disse aqui que o modelo é o Hospital das Clínicas de Porto Alegre. Para concluir: por que não 46 soluções descentralizadas que submetessem as decisões à comunidade universitária, ao reitor, ao conselho universitário? Esta decisão tomada hoje é gravíssima. Nós veremos com o passar do tempo. É a crônica da morte anunciada. Ela vai burocratizar e dificultar a eficiência e criar uma “árvore de Natal” burocrática de novos cargos e novas despesas. Por isso, não tenho dúvida: a Câmara deveria derrotar esta proposta para que pudéssemos trabalhar de uma forma democrática e participativa com os trabalhadores da educação, com os trabalhadores da área da saúde das universidades, uma solução com os reitores, com os conselhos universitários e com o setor saúde, uma solução que concorresse para a eficiência dos hospitais universitários. Portanto, nós encaminhamos contrariamente ao relatório do deputado Danilo Forte (PMDB-CE).

Posicionamento em relação à Regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre os recursos mínimos para o financiamento dos serviços públicos de saúde. Discurso proferido em 15 de setembro de 2011.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui nesta tarde para compartilhar algumas preocupações com os colegas. Fui, durante sete anos, Secretário de Saúde de Minas Gerais. Na próxima semana haverá a votação da proposta de regulamentação da Emenda nº 29. Nós vimos, ao longo de 11 anos, esse assunto adormecido nas gavetas. Agora, que a luz da ribalta se acende, o tema vem à baila.

Muitos leigos e amadores começam a falar do assunto e cultivam certos mitos descolados da realidade. Todos nós devemos ter um papel pedagógico, politicamente falando, diante da sociedade. Estou extremamente preocupado, gestor de saúde que fui, com o “*day after*” da votação da regulamentação Emenda 29. É nosso dever esclarecer e não confundir a sociedade.

Ontem esbarrei com vários prefeitos nos corredores. Eles estavam com uma expectativa que não tem respaldo na realidade. Eles me disseram: “*Votem rápido que eu não aguento mais. Estou gastando 15%, 19%, 23%, 30% do meu orçamento*”. A expectativa é de que a Emenda nº 29 seja uma varinha de condão que resolva todos os problemas, como se a saúde fosse atravessar o rubicão. É preciso muita ponderação. Os líderes têm que conduzir a aprovação da regulamentação no tom correto, sereno, educativo, pedagógico para a sociedade, senão vamos induzi-la a erro.

Primeiro, o assunto é de extrema complexidade. O Sistema Único de Saúde vive uma equação explosiva: direitos amplos e generosos corretamente, propugnando cidadania plena a todos os brasileiros, com acesso universal e integral, recursos escassos e custos crescentes. Por que custos crescentes? Pela permanente revolução tecnológica no setor. A cada dia novos medicamentos, novas terapias, novos equipamentos caríssimos são descobertos. Também pelo saudável envelhecimento da população. Ainda bem que as pessoas estão vivendo mais, mas isso encarece o sistema. Direitos amplos, recursos escassos e custos crescentes é uma equação extremamente complexa.

Quais os mitos que estarão sendo jogados na votação da regulamentação da Emenda 29, a ser votada na próxima semana? Primeiro, o de que não há subfinanciamento, o problema é de gestão. É evidente que existem problemas de gestão, mas o subfinanciamento é claro. Basta comparar com o custo da saúde complementar. Pela média etária, um jovem vai pagar R\$ 2,5 mil por ano e um idoso, R\$ 14 mil. A média é de R\$ 5 mil a R\$ 6 mil. Pelo SUS, o custo é de R\$ 750 *per capita*/ano.

Outra questão em relação à qual precisamos passar a mensagem correta: o financiamento da saúde é uma maratona de 42 quilômetros, não é corrida de 100 metros. Não podemos criar a expectativa de que, na semana que vem, estaremos resolvendo isso. É só comparar: na Argentina são US\$ 820 *per capita*; no Brasil, US\$ 431; em Portugal, US\$ 1.890; na Espanha, US\$ 2.200; nos Estados Unidos, US\$ 3.600. E quais

são os assuntos prioritários de Obama? Crise econômica, desemprego e saúde. Então, não podemos passar ilusão às pessoas.

Terceiro mito: só há salvação se houver novo imposto. Basta diminuir o número de Ministérios, enxugar a máquina, modernizar o Estado. A carga tributária chegou ao limite, não cabe novo imposto. Mas é possível reduzir os juros, gastamos R\$ 200 bilhões com o pagamento de juros; colocamos R\$ 370 bilhões no BNDES para emprestar às grandes empresas. Então, há espaço fiscal dentro de um ajuste estrutural.

Por último, qual é o risco envolvido? Foi introduzido um parágrafo que tira da base de cálculo o Fundeb nos Estados e no Distrito Federal. O texto que vai ser votado gera zero impacto financeiro. A proposta do Governo Federal que vamos votar na próxima semana. Nenhum níquel a mais. Não vamos aprovar a CSS, porque não há ambiente para novo imposto.

Nos Municípios não há dinheiro novo e, nos Estados, que colocariam mais R\$ 6 bilhões na saúde e no SUS, o Fundeb tira R\$ 7 bilhões. No mínimo, vamos “trocar cebola”. E, no pior cenário, vamos perder dinheiro. Mas o discurso vai no sentido contrário, criando a expectativa de que o assunto vai estar resolvido, de que o assunto financiamento da saúde vai sumir do cenário.

O grande ganho não é financeiro, é institucional. Votaremos a regulamentação da Emenda 29 na próxima semana, com o acordo do Senado de derrubar a retirada do Fundeb, senão vamos perder dinheiro. Fui Secretário por sete anos e afirmo que o grande ganho é institucional, pois pacifica a convivência dos gestores de saúde com os Tribunais de Contas, com os Conselhos de Saúde e com a sociedade.

Homenagem póstuma ao Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco.

Discurso proferido em 10 de agosto de 2011.

Num tempo em que proliferam escândalos na vida pública e a ação política é ameaçada pela mediocrização e pelo fisiologismo, a ausência de Itamar Franco provoca necessariamente uma reflexão profunda.

Itamar Franco foi um daqueles políticos singulares na história do Brasil. O conterrâneo mais ilustre da minha Juiz de Fora. Símbolo de ética, dignidade, firmeza, espírito público e nacionalismo. Sim, Itamar Franco foi acima de tudo um nacionalista. Pulsava nele, como em poucos, o sentido de Nação que um dia Vinicius poeticamente descreveu: *“Não te direi o nome, pátria minha. Teu nome é pátria amada, é patriazinha (...) vives em mim como uma filha, que és. Uma ilha de ternura: a Ilha Brasil, talvez”*. Animava Itamar o pulsar de um coração guerreiro e civil, que pensava sempre na construção de um grande país e que transpirava na ação cotidiana o desejo dos mineiros Milton e Brant: *“Quero a utopia, quero tudo e mais, quero a felicidade dos olhos de um pai, quero a alegria, muita gente feliz, quero que a justiça reine em meu país”*.

Lembro bem dos meus dez anos, em 1970, dos comícios, santinhos e principalmente do jingle da campanha que elegeu meu pai na sua sucessão na Prefeitura de Juiz de Fora com o lema em seu refrão: *“As obras não podem parar, Agostinho Pestana depois de Itamar”*. Itamar tinha sido eleito aos 36 anos, em 1966, acompanhado de uma nova geração de políticos e técnicos, e promoveu uma administração histórica e modernizante.

Em 1974, após ser eleito para um segundo mandato frente à Prefeitura, Itamar teve um gesto de coragem e ousadia – traços que sempre o acompanharam. Itamar acreditava na afirmação do estadista inglês: *“sem coragem, as outras virtudes carecem de sentido”*. Desligou-se do cargo de Prefeito... – dizem que há um folclore em Juiz de Fora de que à meia-noite ele mandou atrasar o relógio em uma hora; o Mauro Durante foi lá e atrasou em uma hora; o Henrique Hargreaves comprove ou não essa versão – para pensar bem na sua opção de renunciar ao cargo, em pleno regime autoritário, e se candidatar ao Senado Federal pelo MDB. Venceu e fez parte daquela que talvez tenha sido a mais brilhante geração que já passou pelo Senado. A partir daí, participou de forma marcante das lutas pela redemocratização e pela defesa do interesses nacional. Sempre convicto de que *“tudo é possível até que se prove impossível. E ainda assim o impossível pode sê-lo apenas por um momento”*.

Em 1982, acompanhei de perto sua reeleição ao Senado já que, aos 22 anos, era candidato a Vereador. Essas eleições foram decisivas para a transição democrática. O voto era vinculado. Foi minha estreia eleitoral, antes mesmo de formar em Economia. Fizemos barba, cabelo e bigode com Trancredo e Itamar.

Em 1986, coordenei a dissidência do PMDB em Juiz de Fora a favor da candidatura de Itamar ao Governo de Minas. Pimenta da Veiga liderava essa corrente no plano estadual. Esta foi a semente da criação, em 1988, do PSDB.

Veio o Governo Collor e a crise do impeachment. Itamar assume a Presidência em condições extremamente graves e instáveis. O PSDB é o primeiro a se oferecer para colaborar. Itamar com serenidade e firmeza consolida um Governo de união nacional. Nem todos entenderam a gravidade daquele momento – a Ministra Erundina pode dizer bem sobre isso. Itamar deixou uma herança definitiva. Garantiu a liberdade, pois assim com Tiradentes e Cecília, amava a *“Liberdade – essa palavra, que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda”*. Assegurou a estabilidade econômica através do Plano Real. Iniciou o ataque frontal à miséria por acreditar com Gandhi que *“deveríamos ter vergonha de repousar e tomar refeições abundantes até o dia em que exista um só homem, uma só mulher, sem trabalho e sem comida”*. Gozando de enorme prestígio popular escolhe e elege Fernando Henrique Presidente da República.

De 1998 a 2002, realiza o sonho de Governar sua Minas tão querida. Sempre passeou em sua alma o sentimento universal, mas enraizado, cantado pelo Clube da Esquina: *“Eu sou da América do Sul (...) sou do ouro, eu sou vocês, sou do mundo, sou Minas Gerais”*. E em gesto generoso, abre mão da reeleição para apoiar Aécio Neves, seu amigo e companheiro de sonhos. Em 2010, teve papel decisivo na grande vitória de Anastasia, elegendo-se, pela terceira vez, Senador da República, ao lado de Aécio. Nos quatro meses de exercício do novo mandato se destacou de forma absoluta pela exemplar e consistente ação oposicionista.

Itamar Franco deixará um enorme vazio. Certa vez João Cabral de Mello Neto iluminou caminhos ao dizer: *“Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe este grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito que um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos”*.

Que a memória de Itamar Franco seja esta teia e a busca permanente de um novo amanhecer em seu amado Brasil. Que sua lembrança fortaleça a convocação de outro mineiro ilustre, Tancredo Neves: *“Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. Se todos quisermos, dizia-nos, há quase 200 anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste país uma grande Nação”*. Que seu exemplo de vida, Itamar, impregnado de dedicação à ética, à Pátria e ao povo brasileiro, invada, inunde e conquiste corações e mentes das novas gerações de brasileiros.

Itamar, aqui ficam registradas no Congresso Nacional, arena das lutas que motivaram sua travessia, a nossa admiração e eterna gratidão.

Muito obrigado.

Realização, pelo Congresso Nacional, de homenagem ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ensejo do transcurso do seu 80º aniversário natalício. Discurso proferido em 30 de junho de 2011.

Estou aqui para registrar um grande evento, um dos mais belos e significativos eventos ocorridos no Congresso Nacional. Hoje pela manhã, em comemoração aos 80 anos de Fernando Henrique Cardoso, tivemos uma bela solenidade, um belo evento, apresentado pela dama do teatro brasileiro, Fernanda Montenegro. O pensamento, a vida do nosso grande Presidente Fernando Henrique em um evento carregado de sentimento, de emoção.

E eu queria registrar um elogio ao Presidente Marco Maia, que, sendo do PT, a força que durante toda a democracia brasileira polarizou com o PSDB, fez um belo discurso, mostrando claramente que na política adversário não é inimigo e que a democracia brasileira é sólida e amadureceu muito. Sua atitude calou fundo nas oposições, mostrando que ele não é o Presidente do PT, mas o Presidente de toda a Câmara dos Deputados.

Leia artigo sobre os 80 anos de FHC na página X.

Encaminhamento da votação do § 3º do art. 8º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 527/2011, que trata de critérios para obtenção do custo global de obras e serviços de engenharia no âmbito do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. Discurso proferido em 28 de junho de 2011.

É constrangedor ouvir alguns excelentes Deputados desempenharem o papel de inocentes úteis. O argumento central é um "samba de uma nota só", falando que a oposição é raivosa e não quer a Copa. Vamos acabar com isso de vez. Todos nós, uns mais, outros menos, somos apaixonados por futebol e queremos uma grande Copa, o que não tem nada a ver com a discussão presente nesta noite.

Como Secretário de Planejamento do Governo Eduardo Azeredo, tive uma experiência na negociação de um grande projeto de asfaltamento. Jacques Cellier, grande engenheiro francês, que era gerente do projeto, me disse uma coisa, em 1998, que me marcou e que guardo sempre: *"Na França, nós gastamos quatro anos com o projeto e um ano com a obra; no Brasil, vocês gastam um ano com projeto e quatro na obra"*.

O centro da boa contratação é a clareza na especificação, na definição do projeto. Esse artigo introduz a visão de que a soma de custos unitários de uma tabela inflada, que embute sobrepreço, superfaturamento, que a soma das partes dará o todo. Não é verdade. Quem tem experiência em administração pública sabe disso. Não há nem o projeto básico. Lá pelas tantas, contrata-se um aeroporto de 20 mil metros quadrados, e a Infraero e a Anac dizem: *"Não, tem que ter uma divisória de vidro aqui. O ar condicionado não é esse"*. Todo o mundo que tem experiência sabe – porque há muitos amadores falando do que não entendem aqui – que isso vai dar confusão. O Congresso está abrindo a porta para impasses e corrupção.

Os preços são balizados, os preços unitários em tabelas conhecidamente inchadas. E o Deputado experiente, decano desta Casa, Miro Teixeira, tem razão: se a lei é boa, se é uma lei que inova, que seja para tudo. Mas como nós achamos que a lei não é boa... E não é nem uma lei; deveria ser um projeto de lei. A Lei 8.666 foi objeto de longa discussão nesta Casa, audiências públicas, interlocução com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, com os diversos segmentos da sociedade. Ao não estender a todas as obras, o Governo revela sua insegurança com a própria proposta.

Há pontos positivos, mas o problema aqui não é a Lei 8.666, é a incompetência, porque desde 2007 o Brasil sabe que vai sediar a Copa. Existe uma série de coisas que não foram ditas. Flexibiliza-se sem aumentar o controle externo, o que é um voo no escuro porque não há projeto básico. A FIFA e o COI podem determinar infinitos aditivos com sua intervenção. Há um preço de referência secreto, não ancorado no projeto básico, e razões de Estado e de segurança nacional podem introduzir novos itens de sigilo, democracia e transparência.

O Congresso tem baixa avaliação junto à sociedade. Precisamos resgatar nossas prerrogativas, e não será de joelhos, homologando, que alcançaremos aquela meta,

aquele objetivo de todos nós de ter um Parlamento ativo, que corresponda às expectativas da sociedade brasileira.

Avaliação crítica da Medida Provisória 526/2011 (Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e dá outras providências). Discurso proferido em 8 de junho de 2011.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que são poucos neste momento, mais uma vez lembro-me de Otto Bismarck, sobre as leis e as salsichas. Seria cômico, não fosse trágico, que, depois de falar sobre tudo e mais alguma coisa, no momento de decidir a respeito de brutal transferência financeira do Orçamento, que cobre gastos com saúde, salário mínimo, previdência – estaríamos transferindo R\$ 55 bilhões para o BNDES, para operações subsidiadas – neste momento o plenário esteja vazio. Falamos de tudo, há espaço para tudo, mas, quando os interesses da sociedade estão em jogo, o plenário está vazio.

Nossa missão é legislar. Nossa principal missão é fazer leis, leis fundamentadas nos melhores valores, da equidade social, da liberdade, protegendo os mais fracos. Esse é o papel da lei, porque os mais fortes, os mais ricos, a própria realidade dá conta de protegê-los. As leis têm que ser justas, e esta lei que estamos votando e discutindo nesta noite não carrega esses valores.

Tenho certeza de que o Deputado Ivan Valente (PSOL-SP) concordará comigo que precisamos discutir a fundo essa política. É importante que o façamos. O Relator fez um belo trabalho, dedicou-se e tem razão em ficar insatisfeito por não ter o seu trabalho valorizado.

Em alguns aspectos secundários, como o que diz respeito às Santas Casas, aos hospitais filantrópicos, às catástrofes, ao acolhimento das emendas apresentadas pelo Deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) e pelo Senador Aécio Neves (PSDB-MG) restringindo a prorrogação por decreto, a medida avança.

Mas chamo a atenção dos Deputados neste plenário – vazio, infelizmente – para um problema central. O que está em jogo aqui, minha gente? É o conflito distributivo orçamentário. Os economistas gostam muito de duas frases: “*não há almoço grátis*” – como Milton Friedman nos falou – e “*dinheiro não tem carimbo*”.

Esse fundo financia saúde, educação, os impactos do salário mínimo e pode financiar uma política de incentivo à industrialização, com crédito subsidiado. Então, estamos tratando aqui, quanto ao aspecto central da medida provisória, da transferência de R\$ 55 bilhões, que se somam a tantos outros, completando, em três anos, R\$ 270 bilhões injetados no BNDES para um programa de desenvolvimento industrial, de incentivo à industrialização. Esse é o dinheiro que poderia ir para a saúde.

Faz sentido como política anticíclica, mas não num momento de PIB a 7,5%. O Tesouro toma a taxa SELIC, que aumentou hoje para 2,25%, e empresta a 5%, 7%. E o contribuinte banca a diferença. É preciso dizer isso. Nós estamos tirando dinheiro da educação e da saúde.

A economia está a todo vapor, e há uma concentração absurda, Sr. Presidente: 72% desses créditos são para grandes empresas – Embraer, Petrobras, Vale – para as telecomunicações. Qual é o sentido de tirar dinheiro da educação e da saúde para injetar na Petrobras, para capitalizar a Petrobras a juros subsidiados? E as perguntas, Sr. Presidente, que não querem calar. Pensem bem, as empresas grandes tomam numa ponta com juros subsidiados, cobertos pelo contribuinte...

Quem tem R\$ 270 bilhões para investir nos títulos não são os mesmos que são os tomadores? Isso, na época do Ministro Delfim, a Oposição denunciava como ciranda financeira. Outra pergunta: por que a taxa de investimento não está crescendo proporcionalmente ao crescimento do PIB? Porque tudo indica que as empresas estão usando o seu caixa para especulação financeira, comprando títulos. E pegam na outra ponta o dinheiro para investimento no BNDES a juros subsidiados. Isso é algo escandaloso. É uma pena que o Congresso não se aprofunde nisso. Ficamos com perfumarias, falando de tudo e mais alguma coisa. São aproximadamente R\$ 270 bilhões; só com esta medida são R\$ 55 bilhões... Mais uma vez: Bismarck, com vocação autoritária, disse que se as pessoas soubessem como as leis e as salsichas são feitas, não dormiriam tão tranquilas. E hoje eu não vou dormir tranquilo, porque o Congresso discutiu tudo, mas o essencial não foi discutido.

Discurso proferido no Grande Expediente em 26 de abril de 2011.

Caro Presidente desta sessão, Deputado Inocêncio Oliveira, caros Deputados, caras Deputadas, a minha intenção, ao me inscrever para o período do Grande Expediente da sessão de hoje, era falar um pouco sobre o papel dos Governadores do PSDB e dos Deputados nesta nova quadra histórica em que estamos vivendo, mas um acontecimento em Minas Gerais me obriga a desviar um pouco, a criar um atalho, para fazer importante registro.

Todos estão vendo que a nossa economia continua aquecida. E, quando o Brasil ameaça ter taxas de crescimento compatíveis com as dos demais países emergentes, como China, Índia e Coreia, os gargalos aparecem. O que vemos agora é o apagão da mão de obra especializada, o apagão dos combustíveis, a falta de coordenação da política energética, somados a ações relativas ao setor petróleo e ao setor açúcar e álcool.

O Brasil, que soltou fogos de artifício para comemorar sua suposta autossuficiência no setor petrolífero, importou petróleo e derivados, onerando fortemente a balança comercial, o que é muito preocupante. Soma-se a isso evento ocorrido em Minas Gerais no feriado da Páscoa: a queda de uma ponte numa das principais rodovias do País.

Há dez anos o Estado de Minas Gerais solicita a duplicação da BR-381, que liga Belo Horizonte, Ipatinga e Governador Valadares ao litoral do Espírito Santo e faz a comunicação com o Porto de Vitória. Trata-se de um sonho antigo. Esta é uma rodovia fundamental para a população e para o desenvolvimento do Estado, em termos de logística. Rodovia central, com grande volume de tráfego, ela recebe o lamentável apelido de "rodovia da morte".

Na altura do quilômetro 454, na passagem sobre o Rio das Velhas, a ponte cedeu por falta das mínimas condições de manutenção. A interrupção do tráfego de veículos nesse trecho da rodovia tem provocado danos. Para citar um dado, o setor de transporte calcula prejuízos da ordem de um milhão de reais por dia. Toda a região foi afetada, exatamente num feriado em que os mineiros se deslocam para as praias do litoral capixaba.

Há dez anos Minas Gerais luta pela duplicação dessa rodovia. É a obra mais importante da área de infraestrutura do Estado. É uma irresponsabilidade não encarar o desafio de fazer a correta manutenção do asfalto, como acontece com as obras de arte. Essa é a principal reivindicação.

Para piorar a situação, o Prefeito acabou de me informar que ontem instalaram um radar na Curva do Mel, o que leva as pessoas, assustadas, a frear bruscamente o veículo. Eis mais um motivo que acentua o triste apelido da "rodovia da morte".

Sr. Presidente, não era minha intenção falar sobre este assunto, mas a precariedade em que se encontra a rodovia dominou a imprensa e as discussões no meu

Estado. Minas Gerais, que tem o maior entroncamento rodoviário do Brasil, merece atenção especial. Precisamos de uma política macroeconômica correta e da diminuição das taxas de juros, a fim de que sobrem recursos para investirmos em setores fundamentais como o energético e o rodoviário. Queremos imediatamente a duplicação da BR-381.

Deputado Mauro Benevides (aparte):

“Nobre Deputado Marcus Pestana, saúdo V.Exa. pela presença neste Grande Expediente, quando traz ao nosso conhecimento uma reivindicação básica e fundamental do seu Estado. Agrego-me a V.Exa., em relação à parte inicial do seu pronunciamento, sobre a construção de pontes como esta a que se refere, vital para o inter-relacionamento de várias cidades de Minas Gerais e de outros Estados brasileiros, para dizer que nós cearenses estamos postulando ao DNIT a recomposição da BR-222 e da BR-116. Já reclamamos seguidas vezes ao DNIT a recuperação dessas rodovias, mas até hoje, lamentavelmente, não fomos atendidos. Daí por que me servi do discurso de V.Exa. para juntar as Minas Gerais e o Ceará. Como os cearenses somos tidos como os mineiros do Nordeste, faço esse acoplamento ao discurso de V.Exa. Muito grato pelo aparte, Deputado Marcus Pestana”.

Deputado Mauro Benevides, se de nada valesse meu discurso de hoje, já sairia gratificado daqui porque, quando Minas e Ceará se unem, boas coisas são produzidas.

Retomando o eixo inicial da minha intervenção, gostaria de somar ao meu pronunciamento artigo que escrevi recentemente, publicado no jornal *O Tempo*, sobre o papel dos Governadores do PSDB e o futuro do País:

"No sábado, dia 2 deste mês (abril), reuniram-se em Belo Horizonte os oito Governadores do PSDB, eleitos em 2010. A eleição dos governadores representou um dos mais expressivos avanços obtidos pelos tucanos nas últimas eleições. São oito governos, espalhados pelas cinco regiões do país. O PSDB não só é o partido com o maior número de governadores, como é responsável por governar 64,5 milhões de brasileiros e 50% do PIB nacional.

Maior partido da oposição brasileira, o PSDB busca revitalizar suas estruturas e estratégias, construindo um estilo de atuação oposicionista coerente com sua história e perfil, baseado na coerência e na consistência programática. Não cederemos ao populismo e à demagogia, nem nos perderemos em retórica artificialmente agressiva e nem em contraposição mecanicamente sistemática. A força da democracia requer uma oposição forte, firme e qualificada. Como disse Geraldo Alckmin no encontro: 'É tão patriótico fazer oposição quanto governar'. A alternância de poder é da essência da democracia, e os partidos têm que se manter preparados para assumir o poder, quando sua hora chegar.

É por entender o papel central que o PSDB tem na atual quadra histórica que nossos oito governadores decidiram erguer um Fórum Nacional Permanente.

Anastasia, Alckmin, Marconi Perillo, Anchieta Júnior, Simão Jatene, Teotônio Vilela, Beto Richa e Siqueira Campos formam um coletivo extremamente experiente e preparado.

A ideia é que essa ferramenta resulte em permanente intercâmbio de experiências, chegando inclusive a trabalhar a ideia de marcas nacionais de políticas públicas que traduzam o jeito tucano de governar. Será ainda um mecanismo de unificação política em torno de temas de interesse comum, como, por exemplo, a reforma tributária e fiscal e o redesenho do pacto federativo. Também se converterá em bússola a sinalizar diretrizes para as ações do partido como um todo.

Em sua exposição inicial, o professor Antônio Lavareda levantou cinco pressupostos para a revitalização do PSDB: democratização interna, esforço de recrutamento qualificado, alguns eixos temáticos sínteses e simbólicos, conexão com a sociedade organizada e comunicação moderna e eficiente que toque a razão e a emoção das pessoas. É nessa direção que o PSDB construirá seu futuro.

A proposta mais importante aprovada no encontro foi a criação de um Conselho Político Nacional para orientar e assessorar o comando partidário. Seriam 14 membros: o presidente do PSDB, os oito governadores, Fernando Henrique Cardoso, Aécio Neves, José Serra, um representante dos deputados federais e o presidente do Instituto Teotônio Vilela. O governador Anchieta Júnior, de Roraima, lançou a ideia de o Conselho ser presidido por Fernando Henrique, por sua vasta experiência e autoridade política.

O encontro de Belo Horizonte será, sem dúvida, um marco na história do PSDB."

Retomando o eixo inicial da minha intervenção, gostaria de somar ao meu pronunciamento artigo que escrevi recentemente, publicado no jornal *O Tempo*, sobre o papel dos Governadores do PSDB e o futuro do País:

Passo a ler neste momento artigo, de minha autoria também, em que faço referência ao papel dos Deputados. Este é o meu primeiro mandato e observo que permanece uma série de mitos, enganos e distorções sobre o que um Deputado Federal faz:

"Nas eleições de 2010, um conhecido humorista foi o deputado federal mais votado. Em suas participações no horário eleitoral, Tiririca perguntava: 'O que faz um deputado federal? Na realidade, eu não sei. Vote em mim, que depois eu conto. Pior que está não fica'.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, interpretando corretamente o senso comum, o nosso colega tem suas razões. Prossiga na leitura:

"Há uma grave fratura separando representantes e representados. Pesquisas revelam que 70% da população não se lembra do nome do vereador ou deputado em

que votou dois anos depois das eleições. Isso não é um privilégio brasileiro. Em todo o mundo, a democracia representativa dá tropeços. A sociedade contemporânea é caracterizada por uma enorme fragmentação de interesses e os partidos políticos têm dificuldade de vocalizar as demandas dos múltiplos segmentos. Aquele partido de tipo leninista, inspirado por uma visão totalizante, que tinha opiniões amplas e sólidas sobre tudo, morreu. Inúmeros são os interesses que se manifestam à margem do sistema representativo, através de movimentos da sociedade civil" – movimento de mulheres e de jovens, movimentos ambientalistas, enfim, movimentos variados, de interesses fragmentados da nossa sociedade – "ou da manifestação direta e individual no vasto, anárquico e democrático mundo da internet. No Brasil, as regras do sistema político agravam essa característica universal.

É por isso que estamos discutindo uma reforma política no Brasil. Prossigo na leitura:

"Nestes três meses no Congresso Nacional, tenho sido testemunha dessa interdição do diálogo. Primeiro, é um mito que os políticos não trabalham. Trabalham e muito. Segundo, que só existem vagabundos e desonestos. Não é verdade. Tenho conhecido muitos deputados honrados, dedicados e movidos pelo interesse público. Cada um no seu estilo, focado em seu setor e lutando por suas ideias. O que faz, afinal, um deputado? Decisões graves e importantes são tomadas pela Câmara. Infelizmente, sem o acompanhamento da sociedade. Votamos o salário mínimo; o governo não quis um valor maior. A oposição obstruiu a MP que criava Autoridade Pública Olímpica e conseguiu diminuir 300 cargos de livre nomeação com altos salários. Votamos o modelo de financiamento do trem-bala Rio/São Paulo e a oposição perdeu; com isso há previsão de um subsídio potencial, com o dinheiro do contribuinte, de até R\$ 28 bilhões. Resistimos, mas perdemos na MP que alterava o Acordo Bilateral Brasil/Paraguai sobre Itaipu; com isso, o Brasil transferirá R\$ 6 bilhões adicionais, até 2023, para nosso vizinho, o que daria para atacar muitos problemas brasileiros" – inclusive o da ponte da BR-381.

"Por último, o governo, através do líder Cândido Vaccarezza" – meu ex-colega de movimento estudantil, que na época tinha outro tipo de visão e sensibilidade – "tentou derrotar uma ideia de Aécio que o Relator da MP que levou a nova fábrica da Fiat de Betim para Pernambuco acatou e transformou em emenda. Eu, Paulo Abi-Ackel e vários da bancada mineira defendemos e asseguramos que o Jequitinhonha e o Norte gozem, por algum tempo, das mesmas condições para atrair investimentos da indústria automotiva – e na sua cadeia produtiva. Ganhamos de 333 votos contra 41."

Até brinquei com o nosso grande Deputado Estadual João Leite, ex-goleiro do Clube Atlético Mineiro, no Twitter: disse que já estava cansado de perder aqui e que, mesmo cruzeirense, estava em situação igual à do torcedor do Atlético. Finalmente ganhamos uma votação, de 333 votos a 41.

"Como se vê, o deputado federal faz e decide muita coisa. É a vida de todos que está sempre em jogo. Sem controle social," – sem o acompanhamento da sociedade, sem

o resgate da dignidade e da credibilidade do Congresso Nacional - "*algumas 'tenebrosas transações'*" – no dizer de Chico Buarque – "*se tornariam possíveis.*"

E no futuro poderão se tornar possíveis. Por isso, o PSDB, através de seus Governadores e de sua bancada, procura desempenhar seu papel e contribuir com a construção do país dos nossos sonhos, dentro do jogo dialético, dentro da democracia e da alternância de poder.

Deputado Paulo Piau (aparte):

"Deputado Marcus Pestana, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. V.Exa. já foi Deputado Estadual e Secretário de Educação do meu Estado de Minas Gerais. Reconhecidamente, foi um dos melhores Secretários daquela Pasta. Quero pegar um gancho no discurso de V.Exa., com relação à Oposição. O Presidente Itamar Franco uma vez nos deu uma grande lição, quando disse: "Eu preciso da Oposição para governar bem". Foi uma frase que ficou registrada com muita alegria. É isso mesmo: o jogo do Parlamento é exatamente o jogo da Situação e da Oposição. Quiséramos todos nós que em cada Câmara de Vereadores houvesse o Bloco de sustentação do governo e o Bloco de oposição consistente. Quiséramos nós que cada Assembleia Legislativa tivesse um Bloco de sustentação e um Bloco de oposição, como temos aqui no Congresso Nacional, conforme bem disse V.Exa. Quero cumprimentar V.Exa., que começa agora nesta Casa. Eu tenho um mandato anterior, mas V.Exa. começa muito bem. Seja bem-vindo! Vamos construir o Brasil juntos!"

Obrigado, Deputado Paulo Piau. É esse o espírito. Estou convencido de que o grande tema do século XXI é a tolerância – a tolerância religiosa, a tolerância étnica, a tolerância política e a tolerância ideológica. É preciso estar aberto para ouvir o outro, mesmo que ele não pense igual a nós. Um governo depende, no quadro democrático, para o seu êxito, de uma boa oposição. Uma boa e firme oposição é algo bom para o País, para a sociedade e para o próprio Governo.

Eu tenho certeza de que, silenciosamente, a Presidente Dilma Rousseff comemorou a nossa pressão sobre o projeto da Autoridade Olímpica, o que permitiu a S.Exa., sem maiores ruídos políticos, cortar 300 cargos, a maioria deles, ou pelo menos um terço, com salários de R\$18 mil a R\$25 mil mensais. Nunca houve no Congresso Nacional uma situação tão minoritária, nem do MDB na ditadura. Agora, com as últimas movimentações políticas e partidárias, vamos ficar com menos de cem Deputados. Mas a Armada Brancaleone vai honrar a confiança do povo e se preparar para ser alternativa no poder.

Deputado Antonio Imbassahy (aparte):

"Deputado Marcus Pestana, tem sido para mim muito gratificante conviver com os nossos pares nesta Casa, mas em particular privar de sua amizade. Quero dizer que tenho acompanhado o seu trabalho, a sua dedicação, a sua conduta, o seu elevado espírito público, o seu amor por Minas Gerais e a sua defesa intransigente dos assuntos

que interessam aos brasileiros. V.Exa., na bancada do PSDB – e eu percebo isso porque converso com os nossos companheiros –, tem sido um grande exemplo. Exemplo de homem que procura honrar o seu passado, que faz uma oposição construtiva, uma oposição que engrandece a democracia brasileira. Nós, que estamos ao seu lado fazendo essa oposição, estamos muito gratificados com o seu desempenho, inclusive na presidência do nosso partido no querido Estado de Minas Gerais. Quero cumprimentá-lo e dizer que estamos acompanhando o seu trabalho, seguindo seus passos, ouvindo suas ideias. Mais do que isso, estamos procurando construir esses ideais que V.Exa. acalenta no coração. Muito obrigado!”

Deputado Antonio Brito (aparte):

“Nobre Deputado Marcus Pestana, um guerreiro na luta pela saúde, quero dizer que me sinto muito honrado – e nós lutamos nas fronteiras pela saúde nacional: V.Exa. como Secretário de Estado da Saúde de Minas Geral, eu nas Santas Casas de Misericórdia – de ombrear com V.Exa. na luta pela saúde, no Congresso Nacional. Parabéns! Sucesso no mandato e na sua luta constante pelo povo brasileiro!”

O Deputado Antonio Brito é um grande militante da saúde e Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas de Misericórdia.

Presidente Inocêncio Oliveira, já que o Deputado Antonio Brito me provocou, aproveito a oportunidade para comunicar que ficou combinada com o Presidente Marco Maia a inclusão na pauta de votações da Emenda Constitucional nº 29, na última semana de abril. Aproveito também para perguntar à Mesa se há alguma posição sobre a inclusão na pauta da EC 29. A matéria é pacífica e sua tramitação já se arrasta há muito tempo nesta Casa. Os militantes da saúde não compreendem essa demora e vivem perguntando qual o motivo. Então, esta votação é muito importante, mesmo que derrubemos o novo imposto. Até o movimento sanitarista tem interesse, com a CSS ou sem a CSS, em que votemos, em que esgotemos essa etapa histórica e mandemos a matéria para o Senado, para podermos concluir essa etapa da luta pela saúde pública de qualidade no Brasil.

Agradeço ao Sr. Presidente, aos que me apartearam e a todos os que me acompanharam pela TV Câmara.

Sucesso do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, lançado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Discurso proferido em 14 de abril de 2011.

"Banco Mundial aponta o programa Fica Vivo! como sucesso na redução de homicídios. O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!, criado pelo Governo de Minas Gerais em 2003," – na gestão de Aécio Neves – "foi citado no relatório do Banco Mundial (Bird), divulgado nesta segunda-feira (11 de abril), como uma iniciativa de sucesso em todo o mundo na redução dos índices de criminalidade. Em mais de 350 páginas, o documento revela como a violência é a principal limitação para o alcance dos Objetivos do Milênio, ressaltando iniciativas de cerca de 20 países.

O Fica Vivo! é citado como o destaque do Brasil, por causa da redução em até 50% dos índices de homicídios entre jovens nas regiões atendidas pelo programa. O programa Fica Vivo! combina ações de repressão qualificada e inclusão social. Desde a criação do programa, em 2003, já foram realizados mais de 50 mil atendimentos de jovens entre 12 e 24 anos. Todos os atendidos passaram por uma das mais de 650 oficinas..." Sr. presidente, peço a transcrição do inteiro teor da notícia nos Anais.

Posicionamento favorável do PSDB ao § 7º do art. 11-B, constante do art. 1º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 512/2010, que estende os incentivos aos empreendimentos instalados ou que venham a se instalar em municípios abrangidos pela área de atuação da SUDENE. Discurso proferido em 13 de abril de 2011.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em todos os programas partidários, obrigatoriamente, consta o combate às desigualdades. A iniquidade social é uma chaga não totalmente superada neste País e se manifesta nas diferenças abissais que ainda separam famílias, pessoas e regiões. Portanto, o combate à desigualdade regional é peça central, é um pilar fundamental de qualquer programa partidário.

É legítimo usar ferramentas fiscais como política de indução do desenvolvimento industrial. E regiões que cronicamente convivem com a miséria e com a pobreza assim permanecessem exatamente pelo atraso que têm no que respeita à conquista de infraestrutura e da industrialização, ou seja de instrumentos que gerem emprego e renda. A concessão de benefícios fiscais, inclusive, está ancorada em bases que foram lançadas pelo Governo Fernando Henrique. A medida provisória em exame, portanto, faz menção a instrumentos herdados do Governo Fernando Henrique.

Não temos dúvida, porém, de que esta MP foi editada sob o feitiço perfeito para levar a FIAT, com quem convivemos por 30 anos no meu Estado, para Pernambuco. Dizia Juscelino Kubitschek que o único que vem para Brasília e vira brasileiro é o mineiro. Minas é um Estado síntese que convive com as diversidades cultural, econômica e social brasileiras no seu próprio território. Por isso, os mineiros têm a alma tão universal, a compreensão da alma brasileira e da identidade nacional. Por isso, concordamos com a ida da FIAT, ainda que perdendo investimento, mas o natural seria que ela se instalasse em Betim, Minas Gerais.

E não só pela amizade com o Governador Eduardo Campos, com o ex-Governador Jarbas Vasconcelos e com os pernambucanos da nossa bancada, Deputado Sérgio Guerra, mas principalmente pela ligação histórica que temos com o povo pernambucano, apoiamos essa descentralização, que é positiva.

Mas a medida não pode ser excludente. E, por isso, em boa hora, o Relator redirecionou o texto original, abraçando toda a região de abrangência da SUDENE, órgão de cujo Conselho Deliberativo participei por muitos anos, quando ocupava a Secretaria de Planejamento. Portanto, é absurda esta proposta de destaque.

Elogiamos o trabalho do Relator e encaminhamos no sentido de que todos convirjam, para que não haja exclusão dessa região bastante homogênea nos seus traços e gargalos estruturais e para que, até 20 de maio, como fixa a proposta do Relator, sejam acolhidos novos projetos, abrangendo todo o Centro-Oeste, o Nordeste e a área mineira da SUDENE, com os benefícios previstos nesta MP. Vejo que alguns companheiros têm dificuldade de entender o quadro estrutural do Jequitinhonha. Vou, então, convidar o

Líder Cândido Vaccarezza para visitar Berilo e ver o quadro social e os desafios ali existentes. O norte do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, não pode ser excluído.

Sra. Presidente, o PSDB comemora a adesão do PT à causa da responsabilidade fiscal. Nesse caso, o instrumento de indução do desenvolvimento em regiões pobres é legítimo. Aliás, é importante a bancada do PT do Nordeste levar o Líder Vaccarezza também para uma viagem ao Nordeste, a fim de que S.Exa. possa conhecer de perto a realidade e a necessidade de geração de renda e emprego. Estamos com o Relator, contra o destaque, e orientamos o voto "sim".

Ponderações sobre a inoportunidade de investimento no Trem de Alta Velocidade (Medida Provisória 511/2010). Discurso proferido em 5 de abril de 2011.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que está ocorrendo aqui é verdadeiramente uma mistificação retórica, a manipulação do conteúdo verdadeiro do que apresentam as forças oposicionistas.

Vamos deixar muito claro que ninguém em sã consciência é contra o trem-bala, ninguém é contra a modernização da infraestrutura. Mas a discussão verdadeira que está posta é a questão de prioridades orçamentárias. Há uma distorção, uma vez que se tergiversa sobre uma vertente fundamental da discussão orçamentária, que manifesta a escolha de prioridades. Há um conflito distributivo embutido na organização da peça orçamentária.

Nós vivemos um momento de estrangulamento fiscal – há sinalizações claras do Banco Central. A Presidente Dilma determinou um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento. E é neste momento que se discute o investimento do trem-bala: inicialmente se falava de R\$ 15 bilhões, chega-se agora a uma estimativa de R\$ 33 bilhões, e certamente chegará a R\$ 60 bilhões ao final da linha.

Não temos nada contra o projeto, que é modernizante, a favor do aprimoramento da infraestrutura entre as duas maiores capitais brasileiras. Não coloquem na boca das oposições o que aqui não afirmamos.

A questão essencial é que há recursos públicos, em regime de escassez, no momento de estrangulamento fiscal, que envolvem o subsídio potencial de até R\$ 28 bilhões. Se o investimento fosse viável, autossustentável, bancado pela iniciativa privada, não teria nada a opor. Mas, quando se discute o Orçamento, pode-se privilegiar o salário mínimo, o Bolsa Família, a educação, a saúde ou o trem-bala, é claro, ao estabelecer a perspectiva de subsídio em torno de R\$ 27 bilhões, R\$ 6 bilhões de subsídio se o negócio não se viabilizar nos termos do edital e do contrato, mais R\$ 22 bilhões de reais como garantia se o negócio "micar".

A que assistimos? O PT combateu as privatizações modernizantes do Governo Fernando Henrique. Hoje, defende o capitalismo sem risco, a socialização dos prejuízos. Sabemos que não é autossustentável. Há a competição do transporte aeroviário, cada vez mais barato. E os metrô das capitais? Só em Belo Horizonte, que espera há anos a realização do seu projeto, o metrô ficaria em R\$ 7 bilhões.

Por isso, é preciso clarear essa questão; discutir mais e qualificar o debate.

Políticas públicas, controles e corrupção

Jornal O Tempo - 31/10/2011

A sociedade brasileira assiste perplexa e indignada uma escalada inédita de denúncias e fatos ligados à corrupção. Vários ministros caíram. Inúmeras denúncias são levantadas agora em relação ao Ministério dos Esportes. É preciso uma postura firme no sentido de corrigir a rota, estancando a percepção coletiva de que é uma epidemia sem cura.

A corrupção não é um fenômeno recente, nem exclusivamente brasileiro. O importante é combater a impunidade e aprimorar processos e estruturas públicas no sentido de que cada real do dinheiro público produza, sempre, mais e melhor para o bem estar da população. Fechar as torneiras para a corrupção melhorando regras, modernizando a gestão, introduzindo mudanças institucionais que assegurem o bom uso dos recursos. E é fundamental que a busca da ética não vire sinônimo de morosidade, ineficácia, burocracia excessiva, incompetência.

O ponto de partida necessário é a clareza sobre o papel de cada um dos atores na concretização das políticas públicas. Governo Federal, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, iniciativa privada e organizações sociais (entidades filantrópicas, ONGs, OSCIPS) têm todas as possibilidades de criar um ambiente de cooperação e parceria visando à conquista de resultados. Descentralização, boas regras de contratação, metas e indicadores de desempenho límpidos e cristalinos, adequação de custos e escala, fiscalização eficiente fazem parte da receita do sucesso.

Não faz sentido num país continental e heterogêneo como o Brasil o Governo Federal se arvorar em realizador direto de ações. É preciso reforçar a convicção de que a descentralização e o municipalismo somam no combate a corrupção.

Fundamental é o contínuo aprimoramento do marco legal e normativo que regula as relações do setor público em seu interior e com a sociedade.

A mudança da cultura política em relação ao funcionamento do aparelho de Estado é também essencial. Boa parte dos problemas vividos recentemente tem a ver com o aparelhamento da máquina, com a “feudalização” de setores, com a privatização do espaço público pelo clientelismo e com a lógica do “é dando que se recebe”. Espírito republicano, profissionalismo, meritocracia são valores necessários para uma nova forma de encarar o setor público.

É decisivo fortalecer os órgãos de controle e assessoria, valorizando não carimbos e papéis, mas a efetiva apuração do retorno social dos investimentos públicos. Não dentro de uma cultura punitiva e policialesca, mas de parceria efetiva para a concretização de resultados.

Por último, os controles sociais. Nenhum governo, nenhum órgão, tem capilaridade e agilidade suficiente para acompanhar milhares de ações espalhadas num

país como o nosso. Divulgar amplamente em cada localidade a liberação de recursos, metas e objetivos propostos, a linha de política pública proposta, pode estimular a mobilização da sociedade organizada em favor da boa utilização dos recursos.

Tributos, Federação e a reforma necessária

Jornal O Tempo - 24/10/2011

A questão federativa e sua interface com o sistema tributário estão na ordem do dia no Congresso Nacional.

Encontra-se em pauta a discussão de Projetos de Lei que versam sobre a distribuição dos royalties do petróleo e as regras da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

No caso dos royalties do petróleo, é líquido e certo que o veto do Presidente Lula cairia se fosse submetido ao Plenário do Congresso Nacional. Mas é também evidente que essa decisão acarretaria demandas ao Poder Judiciário por parte de Estados e Municípios produtores. Talvez este seja o caso onde se aplique a máxima “é melhor um bom acordo do que uma briga ruim”. Diversas iniciativas vão nesse sentido de proporcionar maior equidade na partilha de recursos que aumentarão para R\$ 34 bilhões até 2022. É justo que os Municípios e Estados produtores se apropriem de uma parte da riqueza. Mas não é justo que algumas cidades, como Ribeirão das Neves, tenham apenas R\$ 300 por habitante por ano de transferências obrigatórias, enquanto outras, produtoras de petróleo e energia, recebam cinco mil, seis mil ou mais. Na hora de garantir educação de qualidade, acesso a saúde, manutenção de vias públicas ou limpeza urbana, o perfil do gasto é o mesmo.

Em relação à exploração mineral, os recursos gerados são infinitamente menores do que no setor petróleo, frente a danos ambientais muito mais visíveis e palpáveis. Visando corrigir esta situação o Senador Aécio Neves apresentou um substitutivo ao Projeto de Lei 001/2011, ampliando a base de cálculo da receita líquida para a bruta, alterando alíquota de 3% para 5% e normatizando a partilha dos recursos. Ao contrário do afirmado aqui, nesta mesma página, por José Dirceu, a proposta de Aécio aumenta, em muito, os recursos para os municípios.

Na verdade todas estas discussões proliferam enquanto não conseguimos encarar o problema de uma forma mais abrangente. No plano da retórica, há uma absurda unanimidade em favor de uma reforma tributária e fiscal. Mas os interesses consolidados e as dificuldades de arbitrar os conflitos distributivos não deixam que o tema prospere e que avancemos na mudança de nosso regime fiscal.

A reforma tributária e fiscal ideal deveria reverter a grande regressividade do sistema. Estancar o crescimento da carga tributária. Simplificar o confuso, complexo e às vezes ininteligível cipoal de leis, regras e normas. Tornar mais justa a partilha de recursos entre Governo Federal, Governos Estaduais e Prefeituras.

Fácil de falar, difícilimo de fazer. A cada ameaça de mudança uma verdadeira guerra é armada por aqueles que vão perder posições, e a discussão dos royalties mostra claramente isto.

Uma reforma tributária e fiscal que mereça o nome precisaria de convicção firme, forte disposição de enfrentar conflitos, liderança política, habilidade negociadora. Com a palavra, a Presidente Dilma Rousseff.

Confiança social, representação política e democracia

Jornal O Tempo - 17/10/2011

O Ibope acaba de divulgar os resultados de sua pesquisa anual sobre a confiança da sociedade em instituições e grupos sociais. Nos quatro primeiros lugares, com maior Índice de Confiança Social, destacaram-se a Família com 90%, o Corpo de Bombeiros com 86% e as Igrejas e as Forças Armadas com 72%. Em contrapartida, nos últimos lugares, com as piores avaliações, surgem o Congresso Nacional com 35% e os partidos políticos com 28%.

Embora não haja nenhuma surpresa nos números, eles realçam um desafio central da democracia brasileira: como fortalecer os laços da população com instituições vitais como o Congresso e os partidos?

A crise de identificação das pessoas com os pilares de sustentação do sistema democrático não é privilégio brasileiro. Na Espanha, o movimento da juventude, que ficou conhecido como “os indignados”, tem como lema “você não nos representa”, se referindo simultaneamente ao PSOE e ao PP. Em toda a Europa, há sintomas claros de que uma distância abissal separa representantes e representados. Nos EUA, poucas vezes Democratas e Republicanos estiveram com a popularidade tão baixa.

Há um fenômeno universal que coloca em xeque a credibilidade do sistema representativo. Creio que isto está ligado a três vetores. Primeiro, a sociedade pós-moderna é cada vez mais plural e fragmentada, com inúmeros grupos de interesse se organizando à margem da sociedade política para brigar por suas bandeiras, sem necessariamente encontrarem nos partidos seu instrumento de vocalização. Segundo, não há projetos ideológicos nítidos e consistentes a motivar e servir de referência para a população. Por último, a internet introduz uma nova forma de participação dos cidadãos: direta, livre, individual, às vezes em rede, às vezes atomizada, organizada ou anárquica, construtiva ou demolidora.

No Brasil, os sucessivos escândalos de corrupção, a volatilidade das organizações partidárias, com filiações e partidos sendo tratados ao sabor do vento e dos oportunismos de ocasião, a falta de tradição histórica dos partidos, a cultura presidencialista e personalista, agravam a ruptura entre representação política e cidadania.

Movimentos como a atual onda anticorrupção no Brasil, os “Piratas” na Alemanha ou pela redemocratização no Egito nascem numa perspectiva autônoma ou até hostil em relação aos partidos e às instituições democráticas.

Mas um projeto de transformação que organize ideias, utopias, indignações, valores, objetivos, sonhos terá que obrigatoriamente, para ter êxito, passar pelo jogo partidário e pela disputa do poder e a ocupação dos espaços institucionais.

O rebelde sem causa nada constrói. As causas sem as ferramentas da mudança morrem no vazio. A democracia carrega as virtudes e os pecados do ser humano. É preciso desvendar o mistério de como aumentar a confiança social das pessoas nas instituições democráticas.

Estabilidade, carga tributária e finanças públicas

Jornal O Tempo - 10/10/2011

Dúvidas pairam no ar. Diversos economistas têm manifestado preocupações: estaria o Governo Dilma dando uma guinada na política econômica? Os pilares da estabilidade conquistada nos últimos 16 anos – câmbio flutuante, austeridade fiscal, sistema de meta inflacionária, estabilidade de regras – foram abandonados? A maioria acha que sim. Poderíamos estar abrindo as portas para uma heterodoxia experimental com maior tolerância em relação à inflação em troca de um crescimento maior.

O relaxamento dos cuidados com a expansão dos gastos, a repentina sinalização de uma escalada protecionista com o atabalhado aumento do IPI dos carros importados, a desejada e necessária queda dos juros em momento de recrudescimento inflacionário e com demonstrações explícitas de quebra da autonomia do Banco Central, parecem anunciar uma inflexão na exitosa política econômica que garantiu a estabilidade nos Governos FHC e Lula.

Por outro lado, o Governo revela baixa vocação reformista abandonando, em seu momento mais favorável, a agenda de mudanças estruturais que poderia assegurar um novo patamar para o desenvolvimento brasileiro.

No front fiscal temos um equilíbrio precário: déficits nominais, dívida em patamar menor do que a dos países desenvolvidos, mas bem maior que o dos emergentes, taxa de investimento medíocre, despesas correntes crescentes, restos a pagar inéditos, alta carga tributária.

Do lado da receita temos um sistema de péssima qualidade. A pesada carga tributária de 36% do PIB é extraída da sociedade por uma teia de impostos norteados por regras confusas que produzem efeitos extremamente regressivos. E, mesmo com a crise mundial, a arrecadação federal não para de bater recordes. De janeiro a agosto de 2011 as receitas administradas pela Receita Federal cresceram 21,06% nominais e 13,64% reais (acima da inflação). Isso poderá gerar uma folga de quase R\$ 100 bilhões de ganho real em relação à arrecadação de 2010. Ainda assim setores do Governo

defendem a necessidade de um novo imposto para financiar a saúde e o PT na Câmara votou isolado, no final de setembro, pela criação da CSS.

Saúde é a prioridade da população brasileira. Mas é possível encontrar espaços com uma mudança no perfil do gasto e o aproveitamento do excesso de arrecadação. Gastaremos, em 2011, R\$ 230 bilhões com juros (quinze vezes o gasto com o Bolsa Família, três vezes o orçamento do Ministério da Saúde, seis vezes os investimentos do PAC). Injetamos R\$ 270 bilhões no BNDES para bancar crédito subsidiado a um número reduzido de grandes empresas. Temos uma máquina pública agigantada com inéditos e inacreditáveis 39 Ministérios.

Enfim, é possível associar responsabilidade fiscal, meta de inflação, juros menores, aumento de gastos sociais e crescimento consistente. Mas é preciso decisão, competência, ímpeto reformador, austeridade, estabilidade de regras e convicções fundadas em boa teoria.

Reforma política: as resistências e o estado da arte

Jornal O Tempo - 3/10/2011

Há uma percepção generalizada de que o nosso sistema político precisa ser reformado. Evidências de seu esgotamento saltam aos olhos. No entanto, há enorme distância entre intenção e gesto.

Na Câmara dos Deputados, o debate se aproxima dos momentos decisivos, com a discussão e votação do relatório do Deputado Henrique Fontana (PT/RS) na Comissão Especial.

Uma informação importante: nenhuma alteração será introduzida nas regras do jogo para as eleições municipais de 2012.

Para recuperar o fio da meada é importante resgatar os três grandes objetivos da reforma política. Primeiro aproximar a representação política da sociedade, eleito do eleitor. Segundo, baratear as milionárias campanhas e fechar as portas para a corrupção. Terceiro, fortalecer os partidos.

Para garantir avanços em relação ao atual sistema proporcional nominal teríamos três modelos clássicos: o distrital puro presente nos EUA, Inglaterra e França (Minas, por exemplo, seria dividida em 53 distritos de cerca de 260 mil votos, e o deputado seria o majoritário), a lista fechada pré-ordenada que existe em Portugal e Espanha (onde se vota nos partidos e não nas pessoas) e o distrital misto de tipo alemão (metade na lista, metade nos distritos). A primeira e a terceira opções têm a simpatia do PSDB. A segunda tem a preferência do PT, PPS e DEM. O PMDB apareceu com uma quarta proposta, o distritão, onde o distrito seria o Estado todo e seriam eleitos os mais votados por voto majoritário, aguçando o personalismo e o individualismo.

O problema é que nenhuma proposta tem maioria. Qualquer mudança no sistema que precise de emenda constitucional, portanto de 3/5 dos votos, não passa. O financiamento público exclusivo só parece viável com a lista fechada.

O relator Henrique Fontana, depois de ouvir muita gente, chegou a uma fórmula um tanto confusa e original. Metade das vagas seria preenchida pela lista pré-ordenada, a outra metade pelo sistema atual. O financiamento seria praticamente público. Dificilmente a proposta passará na Câmara e no Senado.

Diante de tamanho impasse, mesmo defendendo o distrital misto, propus mudanças mais simples. A manutenção do atual sistema nominal proporcional, mas com a redução da base territorial da circunscrição. Ou seja, Minas seria dividida em treze circunscrições (regiões) com cerca de um milhão de votos e em cada uma seriam eleitos quatro deputados pelo sistema proporcional atual. O financiamento seria privado, mas não ao indivíduo, e sim ao partido, que deveria distribuir pelo menos metade do total arrecadado igualmente para equalizar oportunidades. Esta idéia cria mais vínculo entre eleitos e eleitor, barateia a campanha, dá mais transparência e avança no fortalecimento da solidariedade partidária.

Mas os pequenos e os médios partidos são contra. Resumo da ópera: o estado da arte é um impasse certo que poderá resultar na continuidade de tudo como está, embora todos concordem que é preciso mudar.

Infraestrutura, desenvolvimento e parcerias

Jornal O Tempo - 26/9/2011

A política é a principal ferramenta na construção do futuro. Através das diversas políticas públicas, a ação governamental pode realizar, transformar, estimular parcerias, induzir ações da iniciativa privada. Sempre perseguindo os três objetivos centrais: liberdade, desenvolvimento e justiça.

A melhor estratégia para o desenvolvimento é a geração de renda e emprego, através de investimentos que criem riqueza, garantam cidadania libertando as pessoas da tutela do Estado e melhorando o bem-estar geral.

A política de desenvolvimento pressupõe ambiente macroeconômico saudável, capacidade empreendedora, capital humano qualificado, ambiente inovador, competitividade e infraestrutura adequada.

Sem uma estrutura logística eficiente todos os outros elementos podem naufragar. Sem estradas, portos, ferrovias, aeroportos, hidrovias, transporte urbano nos padrões demandados pela economia e pela sociedade modernas, o projeto nacional ficará no meio do caminho.

O grande economista brasileiro Ignácio Rangel já identificava na década de 1980 uma realidade ainda hoje presente no Brasil. Necessidades sociais prioritárias de um lado, gerando atrativas oportunidades de investimento e, de outro, uma baixa capacidade de investimento do setor público acompanhada de poupança privada abundante em busca de oportunidades. O PSDB sempre compreendeu isto e fundamentou suas estratégias, entre outros pilares, nas parcerias com a iniciativa privada. O PT, contaminado por uma perspectiva anacrônica e atrasada cheia de preconceitos ideológicos, desinformou politicamente a população em sucessivas sucessões presidenciais, satanizando as privatizações e as PPPs.

Bom exemplo disso é o metrô da RMBH. Até 1990 o metrô ligava somente Eldorado à Praça da Estação. Foi graças à ação de tucanos como Fernando Henrique, Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo que o metrô chegou à configuração atual. No governo do PT, nos últimos nove anos, nenhum quilômetro, nem sequer uma estação, foram acrescentados à malha metroviária.

Há dez dias a Presidente Dilma anunciou a consolidação de parceria com o Governo de Minas, a Prefeitura de BH e a iniciativa privada para a modernização da linha 1 (Eldorado/Vilarinho) e a implantação das linhas 2 (Calafate/Barreiro) e 3 (Savassi/Lagoinha), com a construção de 12 novas estações. Dilma se rendeu às evidências e argumentos apresentados pelo Governo de Minas e pela Prefeitura sobre a necessidade e viabilidade da PPP. Os radicais petistas botaram a viola no saco. Em fevereiro de 2009, Aécio Neves já havia proposto isso a Lula. A lentidão e falta de clareza do Governo Federal impediram uma ação imediata.

Mas agora a esperança ganha novo alento escorada numa proposta nascida do que há de mais moderno e contemporâneo em gestão pública. Felizmente o espírito amplo de parceria derrotou a retórica vazia e o atraso ideológico.

Chegou a hora: EC 29, mitos, riscos e realidade

Jornal O Tempo - 19/9/2011

A semana será decisiva para a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 29, que vincula recursos orçamentários ao SUS. Na terça-feira, teremos a reunião geral com a presença de quatro ministros e diversas lideranças da saúde. E, na quarta, o PLP 306/2008 será votado pela Câmara dos Deputados.

A EC 29 foi aprovada em 13 de setembro de 2000. Vários dispositivos precisavam ser regulamentados. Há 11 anos, a sociedade brasileira aguarda o posicionamento do Congresso Nacional. É a hora.

Uma tarefa essencial de partidos e líderes políticos é a ação pedagógica: informar, esclarecer, dar transparência aos assuntos de interesse da população. Mas

corre-se sempre o risco do discurso político, às vezes inflamado e demagógico, obscurecer a realidade.

O financiamento da saúde é complexo e difícil. O SUS se defronta com uma equação explosiva: direitos amplos e generosos de cidadania, recursos escassos e custos crescentes, graças à inovação tecnológica permanente e às mudanças demográficas.

O primeiro mito que se cultiva permanentemente é de que o problema do SUS não é dinheiro e sim gestão. Desvios e desperdícios são sempre denunciados. Precisamos aprimorar a gestão, sempre. Mas mesmo as soluções de gestão custam dinheiro. Há evidências claras de que o SUS é subfinanciado. Um plano privado de alta cobertura custa, em média, R\$ 5 mil por ano. O SUS trabalha com um investimento per capita de R\$ 770. O Brasil investe no sistema público de saúde US\$ 431 por habitante/ano (BIRD, 2009), o Chile US\$ 548, a Argentina US\$ 820, Portugal US\$ 1.890 e Estados Unidos US\$ 3.601. Portanto, vamos acabar de vez com essa cantilena de que sobra dinheiro no SUS. A solução do financiamento da saúde no Brasil é maratona de 42 quilômetros e não corrida de cem metros.

Outro mito: só é possível avançar com a criação de novo tributo. E os R\$ 370 bilhões injetados no BNDES, para empréstimos subsidiados às grandes empresas? E os quase R\$ 200 bilhões pagos de juros ao ano? E a máquina inchada com inéditos e inacreditáveis 39 ministérios? E a ganância com o aumento dos gastos correntes? E os sucessivos recordes na arrecadação federal, na última década, sem que os investimentos em saúde acompanhassem proporcionalmente?

Na quarta-feira, produziremos um fato de repercussão nacional que poderá passar a imagem de que um avanço substancial está sendo alcançado no enfrentamento do baixo nível de investimento no SUS. No entanto, corremos o risco de produzir retrocesso. O parágrafo 2º, do artigo 6º, retirou da base de cálculo sobre a qual recaem os 12% de Estados e DF o Fundeb. Menos R\$7 bilhões para a saúde. O impacto financeiro será zero no governo federal (já que a CSS não será aprovada) e municípios e negativo nos Estados e DF. O Senado Federal precisa corrigir essa distorção.

A aprovação da regulamentação da EC 29 será importante, ao normatizar os gastos na saúde. Pacificará a relação dos gestores do SUS com tribunais de contas, ministério público, conselhos de saúde, legislativos, imprensa. Mas o financiamento adequado continuará uma questão em aberto.

Quarta-feira, não estaremos concluindo uma caminhada, mas iniciando uma longa travessia.

Revolucionar o sistema educacional: tarefa coletiva

Jornal O Tempo - 12/9/2011

Nunca é demais chover no molhado de que a variável estratégica que pode nos garantir o passaporte para o futuro é a qualificação do nosso sistema educacional. A

sociedade contemporânea se estrutura em cima do conhecimento, da capacidade de inovação, da habilidade empreendedora e da qualidade do capital humano. A educação é a única portadora da semente da transformação.

No mundo do trabalho, na vida em sociedade, na convivência cotidiana com a automatização dos serviços, são cada vez maiores as exigências colocadas para as pessoas individualmente e para a população em termos coletivos. Do grau de cidadania e consciência social à produtividade e competitividade da economia, tudo depende da qualidade da educação. Não é possível conviver com uma enorme exclusão em relação ao manejo das novas linguagens digitais e ferramentas tecnológicas ou mesmo de habilidades básicas como se expressar corretamente, decodificar textos ou realizar operações aritméticas.

O Brasil avançou nas últimas décadas. Mas basta vir à tona qualquer uma das avaliações de desempenho do aprendizado das crianças e jovens para constatarmos que estamos muito longe dos padrões desejáveis.

É impressionante o consenso sobre a centralidade da revolução educacional necessária. Existem muitas experiências exitosas. Mas a educação brasileira ainda se configura como um dilema do tipo “decifra-me ou devoro-te”. Arrisco alguns palpites:

- 1) É preciso construir uma escola menos estatal e mais comunitária. Se pais e líderes comunitários não abraçarem as escolas como instituições centrais na vida social, provavelmente fracassaremos. A capacidade de liderança e iniciativa dos dirigentes escolares joga papel essencial. Os canais de acolhimento e participação também.
- 2) Uma permanente revolução pedagógica se faz necessária. Crianças e jovens convivem com uma das melhores TVs abertas do mundo e, de um jeito ou de outro, têm acesso à internet. A vocação das escolas será cada vez menos repassar informação e cada vez mais semear capacidade crítica, método para lidar com esse verdadeiro tsunami de informações.
- 3) É preciso uma mudança no clima de partidarização e ideologização extrema do movimento sindical que organiza os educadores. A luta por melhores condições de trabalho é legítima. Mas é preciso uma aliança, sem prejuízo das identidades e opiniões, entre governos, sociedade e profissionais da educação com foco no sucesso das crianças ou dos jovens. Interesses corporativos radicalizados não podem comprometer o enfrentamento de um desafio tão essencial para o futuro do País. Não é positiva a postura tipo “há governo, sou contra” ou o grevismo permanente. É preciso que os governantes procurem oferecer os melhores salários e as melhores condições de trabalho possíveis, mas dentro da realidade orçamentária concreta.

A revolução educacional é urgente. O Brasil tem pressa. E esta é tarefa de toda a sociedade.

Um balanço dos oito meses do Governo Dilma

Blog do PSDB – 8/9/2011

Lá se vão oito meses de Governo Dilma. Passado o período conhecido como “lua de mel” já é possível captar a essência desse governo e avaliar as linhas de continuidade e mudança em relação ao Governo Lula.

Todos sabem que Dilma chegou à Presidência pelas linhas tortas do destino e nas asas de um líder carismático e popular. Os candidatos do PT à sucessão de Lula eram José Dirceu e Palocci, que naufragaram no meio da travessia. Dilma sequer era do PT, já que militou, no período da redemocratização, no PDT. Era uma técnica, com passado ligado às lutas contra a ditadura, mas sem nenhuma vocação política pronunciada. Carisma não era o seu forte. Virou candidata por obra e graça de seu padrinho político, Lula. Preocupavam sua inexperiência política, possíveis resquícios esquerdistas herdados do foquismo de 68 e os traços pessoais autoritários amplamente conhecidos.

Dilma recebeu herança nada tranquila de Lula. Restos a pagar inéditos, inflação ameaçando fugir do controle, base de apoio excessivamente heterogênea viciada na cultura patrimonialista e clientelista, máquina inchada com inéditos 37 ministérios e a sombra permanente de Lula.

É preciso reconhecer que Dilma produziu algumas inflexões importantes. Em primeiro lugar ensaiou uma guinada na política internacional, retomando o velho e bom pragmatismo do Itamarati, abandonando a ênfase em aliados complicados e melhorando o diálogo com os países centrais. A recente escorregada na questão da Síria, a vacilação em relação à Líbia e a nomeação de Celso Amorim para o Ministério da Defesa colocam uma interrogação no ar.

Em segundo lugar, cabe registrar a mudança no tratamento a FHC e sua herança. Sua carta de saudação aos 80 anos de FHC colocou em novos termos a avaliação da bendita herança do Plano Real. Dilma localizou corretamente as raízes da consolidação da democracia, da estabilização da economia e da redistribuição de renda. É evidente que isto sensibilizou o PSDB, e incomodou o PT.

Por último, no campo das inflexões, a mudança de atitude e postura pessoal. Ao invés daquela verbosidade amazônica dos três discursos diários de Lula, onde ao sabor das emoções e humores do líder de massas, brotavam afirmações livres e imprecisas, às vezes completamente inadequadas ao discurso presidencial, sobre os mais variados temas; Dilma introduziu um estilo mais austero, que recupera a liturgia do cargo, com menos exposição do que a overdose anterior e mais foco na gestão cotidiana dos assuntos de governo.

Feitos esses registros, cabe discutir as preocupantes limitações exibidas por Dilma e seu governo.

Em primeiro lugar, é sabido que a força política para a promoção de mudanças se esvai com o passar do tempo. O início de governo, no vácuo da vitória eleitoral, é o momento indicado para colocar na mesa toda a agenda de mudanças que se quer promover. Infelizmente o Governo Dilma desperdiçou todo esse precioso momento e não revelou nenhum ímpeto reformador.

Num mundo globalizado e em crise, diante de um quadro doméstico caracterizado pela instabilidade fiscal, pela desindustrialização, por câmbio valorizado e as mais altas taxas de juros do mundo, seria fundamental que o novo Governo explicitasse uma agenda de reformas.

A trabalhista e do mercado de trabalho, que modernizasse as relações entre trabalhadores e empresários, através de pactos que promovessem ganhos múltiplos. A previdenciária, que garantisse sustentabilidade e corrigisse iniquidades. A tributária e fiscal, que simplificasse o sistema, diminuísse a carga, garantisse a competitividade, promovesse um novo Pacto Federativo e diminuísse a regressividade. A política, para aproximar o sistema decisório da sociedade, diminuir custos e a corrupção, fortalecer as instituições e melhorar o ambiente de governabilidade.

Nada foi feito. Deitados em berço esplêndido, nos contentamos a ver da arquibancada o esgotamento das condições internacionais que patrocinaram nosso desenvolvimento nos últimos anos: os altos preços dos produtos primários, a imensa entrada de capital externo e a demanda interna irrigada pelos aumentos reais na renda das famílias. Mas a sustentabilidade de tudo isso é relativa diante do impasse nos EUA, da falta de perspectivas na Europa e da esfinge que é o heterodoxo capitalismo de Estado chinês.

Por outro lado, vivemos uma profunda crise política. Cinco Ministros de pastas essenciais caíram em curto espaço de tempo. Sucessivos escândalos de corrupção vêm à luz do dia. Congresso paralisado pela não liberação de emendas, não nomeação de apadrinhados e pelo receio da extensão e seletividade da suposta faxina ética. Uma radical cruzada contra a corrupção encontra apoio na sociedade e nas oposições. Mas faxina ética não é programa de governo. É pouco. O Brasil tem pressa. Precisa e merece mais. Chegou-se ao paradoxo da própria base do Governo obstruir os trabalhos – ferramenta parlamentar clássica das oposições. Dr. Ulisses dizia que “a matéria-prima da política é a saliva”. Hoje, infelizmente, mais do que o verbo, importa a verba. E mesmo o verbo é mal utilizado nas grosserias e arrogâncias que brotam do centro do poder.

Enquanto isso, questões como a regulamentação da EC 29, o Supersimples e as reformas estruturantes dormem em gavetas que arquivam a possibilidade de um futuro melhor para o País.

Socialdemocracia, sindicatos e o PSDB

Jornal O Tempo - 29/8/2011

A socialdemocracia surgiu no cenário político a partir das lutas dos trabalhadores europeus. As condições subumanas de trabalho e as desigualdades produzidas pela economia de mercado despertaram a classe operária para a necessidade de organização e luta. Inicialmente essa energia foi drenada para as organizações sindicais. Com o passar do tempo, parcelas crescentes perceberam os limites das lutas exclusivamente no terreno econômico. As lutas sindicais obtinham conquistas salariais e aprimoramento das regras do mercado de trabalho, mas não interferiam na dinâmica estrutural do sistema. Surgiu a consciência de que era preciso ir além da luta sindical e que era fundamental uma ativa participação dos trabalhadores na vida política. Era preciso participar de projetos de poder e de mudanças sociais.

Esta nova etapa derivou em duas vertentes políticas. O movimento comunista internacional capitaneado pela União Soviética e pela 3ª Internacional Socialista. E na Europa ocidental, a partir da Alemanha, a corrente socialdemocrata.

A socialdemocracia, em contraste com os comunistas, partia de uma perspectiva reformista aceitando a economia de mercado como a melhor forma de organização da economia e a democracia política como melhor regime para a resolução dos conflitos de interesses.

Daí nasceu o Estado de Bem Estar Social implementado pela socialdemocracia na Europa, pelos democratas nos EUA e também, na sua versão latino-americana, pelo trabalhismo brasileiro e o peronismo argentino. A construção de um sistema público de saúde, a oferta de educação pública gratuita, a construção de um sistema previdenciário serviram para a equalização das oportunidades e para contrabalançar as exclusões produzidas pelo dinâmico sistema capitalista.

No Brasil, o PSDB nasceu em 1988, após a transição para a democracia, com uma visão programática socialdemocrata, mas a partir de quadros parlamentares, políticos e intelectuais.

É verdade que o PSDB de Minas cultivava há muitos anos intensos laços com o movimento sindical. Mas a criação, no último 20 de agosto, do Secretariado Estadual para assuntos sindicais e trabalhistas (PSDBsindical), representa um salto de qualidade na busca de uma concepção moderna e participativa de organização partidária.

Mais de cem dirigentes sindicais alinhados à Força Sindical, à Nova Central Sindical e à UGT atenderam ao chamado do Senador Aécio Neves para participarem ativamente da construção de um projeto para o Brasil.

O PSDBsindical terá uma cadeira na Executiva Estadual. Lançaremos diversos sindicalistas como candidatos em 2012. Promoveremos um amplo debate sobre a agenda do movimento sindical.

A profunda crise da Europa é em grande parte a crise do esgotamento do Estado do Bem Estar Social, a crise de identidade da socialdemocracia internacional. Reinventar a socialdemocracia, em pleno século XXI, só será possível com a intensa participação das lideranças dos trabalhadores.

A crise americana, a Europa e o Brasil no meio do mundo

Jornal O Tempo - 8/8/2011

O mundo inteiro acompanhou o dramático desenrolar das negociações do Presidente Obama com o Congresso americano visando à ampliação do teto de endividamento do Governo dos EUA. O desenvolvimento da maior economia do planeta tem se ancorado em enormes déficits fiscais e comerciais, que resultam num crescimento acelerado da dívida pública, que bateu nos 100% do PIB. Os efeitos de uma moratória americana seriam imprevisíveis. Afinal, o combalido dólar ainda é a moeda de referência da economia global. A desconfiança generalizada sobre a capacidade de pagamento dos EUA poderia desencadear um movimento de pânico de resultados inimagináveis. No mundo globalizado, de mercados financeiros integrados, a quebra de confiança na nação líder teria efeitos violentos na retração da economia mundial e do comércio internacional.

Para agravar, a Europa atravessa profunda crise, sem perspectivas de recuperação imediata. A crise arrastou Grécia e Irlanda, invadiu Portugal e Espanha. A próxima vítima pode ser a Itália. Déficits fiscais insustentáveis, taxas de crescimento medíocres, desemprego nas alturas e lideranças políticas fragilizadas para promover verdadeiras reformas, formam um quadro explosivo.

A crise dos nossos dias tem características peculiares. Assim como a de 1929 e diferente das décadas de 1980 e 1990, começa do centro para a periferia. A velocidade de propagação potencial é muito maior, já que temos uma inédita integração dos mercados, e uma possibilidade limitada de políticas nacionais autônomas. Por último, os efeitos da crise mundial sobre países como a China, a Índia e o Brasil, foram menores que no capitalismo central.

Mas não podemos dormir sobre os louros de vitórias provisórias. Uma grande retração na economia mundial, com suas repercussões no comércio internacional e no fluxo de capitais, pode resultar em efeitos que seguramente não serão meras marolinhas.

E o Brasil dentro desse mundo em crise? Temos aspectos positivos. A economia brasileira se reestruturou após o Plano Real. Temos reservas e somos o 5º. país que mais recebe investimentos estrangeiros. Temos uma balança comercial positiva e uma inflação razoavelmente sob controle. Mas nem tudo são flores. Temos a maior taxa de juros real do mundo, que atrai dólares, e resulta em moeda extremamente valorizada e em perda de competitividade de nossas exportações. Há uma clara desindustrialização e nossas exportações são sustentadas por produtos primários, que

usufruem de preços momentaneamente favoráveis. A equação fiscal ainda é precária e a taxa de investimento baixíssima. Uma grave retração do comércio internacional e do fluxo de capitais nos colocaria em posição delicada.

Assistimos à tomada de medidas pontuais, mas as reformas profundas que poderiam desatar os nós do crescimento não têm encontrado apoio suficiente. Ou fazemos o dever de casa, preparando o futuro ou podemos ver escoar pelo ralo as conquistas alcançadas nos últimos 17 anos.

Faça a coisa certa

Jornal O Globo - 27/7/2011

Casos de corrupção não são de hoje, nem privilégio brasileiro ou exclusividade do setor público. Onde existe intermediação de interesses, regulação, licitações, licenciamentos, máquina fiscalizadora, há potencial para a corrupção. A defesa da ética e o combate à corrupção dependem de uma atitude coletiva, de um ambiente institucional saudável, de mecanismos efetivos de controles internos, externos e sociais. Não há corrupto sem corruptor. Não há êxito possível dentro de um clima de impunidade.

Assistimos nas últimas décadas aos anões do orçamento, PC Farias, Vampiros, Sanguessugas e mensalão. Nos últimos meses duas crises éticas assolaram o Governo Federal: Palocci e seu súbito enriquecimento e as denúncias envolvendo o Ministério dos Transportes e o Dnit. Há uma semana, importante revista semanal denunciou o esquema em torno da Agência Nacional do Petróleo.

A presidente Dilma Rousseff anuncia uma faxina. Demitiu Ministros, inúmeros dirigentes e técnicos. Encontrará apoio na sociedade e nos setores políticos sérios para radicalizar esta cruzada e não ceder às chantagens que começam a se esboçar. Mas é preciso ir fundo. Queimar os navios em relação à corrupção. Nós, da oposição, não negaremos apoio para que juntos levemos à frente um combate sem tréguas à corrupção.

Mas é preciso que cada um faça a coisa certa e que não esgotemos o esforço em medidas parciais, superficiais ou de alcance limitado.

À sociedade cabe não se render a uma cultura leniente ou alienada diante das denúncias, movida por falsas percepções de que “todos roubam, todos são iguais” ou que ninguém será punido. É preciso que cada cidadão alimente permanentemente a indignação contra a corrupção: fiscalize, controle, denuncie.

Às instituições, aos partidos políticos, à imprensa, cabe investigar, apurar e punir exemplarmente os malfeitores. E aprimorar os instrumentos de transparência e controle social sobre o orçamento público.

Além disso, é fundamental avançar na reforma do Estado, quebrando o patrimonialismo, o aparelhamento partidário e o clientelismo, modernizando a máquina, desburocratizando os processos, profissionalizando a gestão, simplificando normas e processos, sem o que o caldo de cultura propício à corrupção continuará intacto. É hora de extinguir a Secretaria Nacional dos Portos, abortar a criação da Secretaria Nacional

de Aviação Civil e reunir uma equipe forte, competente e honesta num reinventado Ministério dos Transportes que enxergue e planeje a matriz de transporte e logística do Brasil a partir de uma visão moderna, integrada e multimodal.

Por último, vem a necessária reforma política. Nosso original, anacrônico e esgotado sistema político, partidário e eleitoral é que não permite a consolidação de maiorias e minorias sólidas, deslocando a sustentação da governabilidade para a lógica do “é dando, que se recebe”. Obama para ampliar o limite da dívida dos EUA não fica liberando emendas, oferecendo cargos em agências reguladoras, ministérios ou estatais. A discussão é pública. Democratas e republicanos se posicionam e a sociedade acompanha e estabelece seu julgamento.

As crises geram problemas, mas também oportunidades. Façamos a coisa certa.

A emenda constitucional n° 29: novela e desfecho

Jornal O Tempo - 25/7/2011

Terminamos o semestre na Câmara dos Deputados sem conseguirmos votar a regulamentação da EC 29. É ininteligível para os militantes da saúde a dificuldade de avançarmos nesta questão.

Afinal saúde é prioridade nacional. Todas as pesquisas apontam saúde como a maior preocupação da população, léguas de distância à frente de emprego, segurança pública ou educação. Além disso, o subfinanciamento da saúde pública no Brasil é soberbamente conhecido.

Temos cerca de R\$ 750 anuais por habitante para fazer frente ao direito constitucional de acesso universal, integral e de qualidade. Muito menos que países que têm sistemas semelhantes. Um oitavo da média dos melhores planos de saúde privada. O Brasil investe menos que países africanos em termos de percentual do gasto público total.

A EC 29 foi uma iniciativa suprapartidária aprovada pelo Congresso Nacional, em 2000, que visava garantir bases sólidas para o financiamento da saúde. Fixava para os municípios 15% das receitas correntes de investimento obrigatório em saúde, 12% para os estados e a base de investimento do ano anterior corrigido pela variação do PIB nominal para o governo federal. Mas, a partir daí, instalou-se uma enorme polêmica envolvendo gestores, conselhos de saúde, Ministério Público, imprensa e Tribunais de Contas sobre os critérios para a verificação do cumprimento ou não dos percentuais previstos.

Passada uma década, não pacificamos o entendimento sobre a questão.

Em reunião recente da Comissão da Seguridade, Saúde e Família, eu e a Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ), conscientes que não havia clima no Congresso Nacional para a criação de novo imposto, propusemos que a própria bancada da saúde abrisse mão da criação da CSS (que geraria cerca de 12 bilhões de reais adicionais para

a saúde). Todos, de A a Z, concordaram. A proposta foi imediatamente incorporada pelo Presidente da Comissão, Saraiva Felipe (PMDB/MG), e pelo Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, Darcísio Perondi (PMDB/RS). Os dois encaminharam a proposta ao Presidente da Câmara, Marco Maia (PT/RS), que submeteu ao colégio de líderes que decidiu colocar na pauta diante deste acordo.

Acontece que o Governo Dilma travou a votação. O impacto financeiro para o Governo Federal é praticamente zero. O grande ganho é pacificar, de vez por todas, o entendimento sobre quais são as receitas e as despesas elegíveis. Mas o receio do Governo Federal é que o Senado restitua o texto original do ex-Senador Tião Viana (PT/AC), obrigando-o a ampliar dos atuais 7% das receitas de investimento na saúde para um novo patamar de 10%.

O assunto já virou uma verdadeira novela. A proposta de consenso feita por nós transfere a necessária discussão sobre a ampliação substantiva dos investimentos na saúde pública para os orçamentos anuais e para a reforma tributária e fiscal.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, garantiu que a regulamentação da EC 29 será votada em setembro próximo. Toda mobilização é pouca para garantir. Quem viver verá.

Reforma política: calendário e mudanças

Jornal O Tempo - 18/7/2011

Encerramos as atividades do primeiro semestre da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados. Infelizmente não conseguimos avançar nas três questões prioritárias: o equacionamento do financiamento do SUS, a reforma tributária e fiscal e a reforma do sistema político-eleitoral.

Na quarta-feira, 6 de julho, fizemos a última reunião do semestre da Comissão Especial da Reforma Política. Por prudência e com o apoio de todos, o relator Henrique Fontana (PT/RS) resolveu adiar a apresentação de seu relatório. Um lançamento açodado poderia comprometer a tramitação daquela que é considerada “a mãe de todas as reformas”.

A Comissão, para sinalizar corretamente para a sociedade, aprovou Nota Oficial esclarecendo que: 1) visando maior amadurecimento, adiava a apresentação do relatório para agosto; 2) reafirmava o compromisso de até o final de 2011 votarmos uma verdadeira reforma política; 3) tranquilizava os prefeitos, vereadores e candidatos em 2012, assegurando que nenhuma mudança essencial será introduzida para as próximas eleições municipais; e 4) que a direção da Comissão faria entendimentos com o Senado, visando um acordo de procedimentos que garanta a votação da reforma ainda em 2011.

Embora o relatório não tenha vindo à tona, é possível sentir no ar as tendências predominantes. Nas questões centrais, a tendência predominante é inovar com um sistema que não reproduzirá nenhum dos modelos clássicos (lista pura, distrital puro,

distrital misto). Está amadurecendo a adoção de um sistema misto original, onde metade das vagas seria preenchida segundo o sistema atual e a outra metade por lista pré-ordenada. O financiamento seria exclusivamente público e não haveria coligações proporcionais.

Outras mudanças importantes devem ser aprovadas. Como a coincidência de todas as eleições em um mesmo ano, não obrigatoriamente na mesma data. Outra mudança que certamente virá é na regra da suplência de Senador. As suplências vêm sendo destinadas em muitos estados a financiadores de campanha ou parentes. Hoje, 15 senadores ocupam a cadeira sem um voto sequer. A tendência é haver apenas um suplente e ele substituir o titular que se ausentar apenas até a próxima eleição. Em Minas Gerais, tivemos duas perdas inestimáveis em nossa representação no Senado: o ex-presidente Itamar Franco, indicado pelo PPS na composição com o PSDB, e eleito em outubro de 2010. Também nos deixou, tempos atrás, Eliseu Resende, indicado pelo Democratas, eleito em 2006. Assumiram o ex-deputado e dirigente esportivo Zezé Perrella, indicado pelo PDT para compor a chapa da ampla frente que elegeu o governador Anastasia. O empresário Clésio Andrade, indicado pelo PR, em 2006, assumiu a cadeira de Eliseu.

Se o sistema fosse como está sendo proposto teríamos nas eleições municipais do próximo ano eleição para 15 vagas no Senado Federal, recuperando a origem legítima do mandato popular: a vontade do eleitor.

Itamar Franco: ética, espírito público e nacionalismo

Jornal O Tempo - 11/7/2011

Num tempo em que proliferam escândalos na vida pública e a ação política é ameaçada pela mediocrização e pelo fisiologismo, a morte de Itamar Franco provoca necessariamente uma reflexão profunda.

Itamar Franco foi um daqueles políticos singulares na história do Brasil. Símbolo de ética, dignidade, firmeza, espírito público e nacionalismo. O conterrâneo mais ilustre da nossa Juiz de Fora.

Lembro bem dos meus 10 anos, em 1970, e dos comícios, santinhos e principalmente do jingle da campanha que elegeu meu pai na sucessão da Prefeitura de Juiz de Fora com o lema: “As obras não podem parar, Agostinho Pestana depois de Itamar”. Itamar tinha sido eleito aos 36 anos, em 1966, acompanhado de uma nova geração de políticos e técnicos, e promoveu uma administração histórica e modernizante.

Em 1974, após ser eleito para um segundo mandato frente à Prefeitura, Itamar teve um gesto de coragem e ousadia – traço que sempre o acompanhou, ao se desligar do cargo para, em pleno regime autoritário, se candidatar ao Senado Federal pelo MDB. Venceu e fez parte daquela que talvez tenha sido a melhor geração que já passou pelo

Senado. A partir daí, participou de forma marcante das lutas pela redemocratização e pela defesa do interesses nacional.

Em 1982, acompanhei de perto a sua reeleição ao Senado já que, aos 22 anos, era candidato a Vereador. Essas eleições foram decisivas. O voto era vinculado. Nossa chapa em Juiz de Fora: Tancredo Neves, Itamar Franco, Tarcísio Delgado, José Luis Guedes, Clodesmith Riani. Foi minha estreia eleitoral antes mesmo de formar em economia. Fizemos barba, cabelo e bigode.

Em 1986, coordenei a dissidência do PMDB em Juiz de Fora a favor da candidatura de Itamar ao Governo de Minas contra Newton Cardoso. Pimenta da Veiga liderava essa corrente no plano estadual. Essa foi a semente do PSDB.

Veio o Governo Collor e a crise do impeachment. Itamar assume a Presidência em condições extremamente graves e instáveis. O PSDB é o primeiro a se oferecer para colaborar. Itamar com serenidade e firmeza consolida um Governo de união nacional. Só o PT, que pensa sempre no próprio PT, não quis participar. Itamar deixa uma herança definitiva: garante a liberdade e assegura a estabilidade econômica através do Plano Real. Gozando de enorme prestígio popular escolhe e elege Fernando Henrique, Presidente da República.

De 1998 a 2002, realiza o sonho de Governar sua Minas tão querida. E em gesto generoso, abre mão da reeleição para apoiar Aécio Neves. Em 2010, tem papel decisivo na grande vitória de Anastasia, elegendo-se, pela terceira vez, Senador da República. Nos quatro meses de exercício do novo mandato se destacou de forma absoluta pela exemplar e consistente ação oposicionista.

Itamar Franco deixará um enorme vazio. Mas servirá de firme exemplo para as novas gerações por sua vida dedicada à ética, à Pátria e ao povo brasileiro.

Pacto Federativo, royalties e equidade

Jornal O Tempo - 4/7/2011

Distribuição de renda é tema fácil na retórica, mas complexo na prática. Se imaginássemos Adão e Eva no paraíso discutindo a partilha da renda em um mundo futuro, tudo ficaria mais fácil. O difícil é falar em redistribuir riquezas que já têm um determinado padrão de distribuição vigente. É como trocar o pneu da bicicleta andando.

Ao abordar a necessária reforma tributária e fiscal é preciso ver que temos uma das maiores cargas tributárias; um sistema irracional e ineficiente; uma tributação regressiva e perversa; uma enorme concentração de recursos nas mãos do Governo Federal; um perfil de gasto público que sacrifica políticas sociais e investimentos, concentrando em juros, previdência e custeio da máquina. Além disso, a partilha dos recursos arrecadados se baseia não só em critérios demográficos e de pobreza, mas em vetores como royalties e impostos vinculados à produção de petróleo, energia ou minérios.

O resultado é um brutal desequilíbrio e uma injustiça flagrante. As políticas públicas que são decisivas para a qualidade de vida da população dependem fundamentalmente do número de pessoas a serem atendidas. Existem cidades onde o dinheiro é abundante. Outras lutam contra a escassez. Algumas têm ambiente para realizar esforço de arrecadação própria, outras não. Algumas têm pequeno território, outras têm espaço geográfico gigantesco. Há cidades que têm custos crescentes frutos da industrialização, outras têm realidade urbana menos conturbada.

Selecionei dados sobre as transferências obrigatórias, baseados no Censo de 2010 e do TCE/MG de 2009.

A pequena Cachoeira Dourada, no Triângulo Mineiro, com seus 203 Km² e sua usina hidrelétrica, tem R\$ 5.930 por cada habitante/ano para desenvolver suas políticas. Já Berilo, no Jequitinhonha, com seus 585 Km² e nenhum potencial para incrementar receitas próprias, possui R\$ 1.021 para enfrentar a pobreza. Betim, com 345 Km², tem R\$ 1.984 per capita/ano. Juiz de Fora, com um território bem maior e com uma renda per capita bem menor, recebe de transferências correntes obrigatórias R\$ 909. Belo Horizonte, com os problemas inerentes a uma metrópole e bom potencial de arrecadação de IPTU e ISS, recebe R\$ 854 por habitante/ano. São Gonçalo do Rio Abaixo, polo de mineração do Vale do Aço, vê entrar em seus cofres R\$ 5.884 para cada um de seus habitantes. A pior situação é a de Ribeirão das Neves, que compartilha os graves problemas metropolitanos, tem uma população pobre e frágil base no setor de serviços, portanto baixa capacidade de tributação própria, recebendo apenas R\$ 340 para desenvolver suas políticas sociais e de infraestrutura.

Os números falam por si. Ao votarmos a reconfiguração da Compensação Financeira por Exploração Mineral, a distribuição dos royalties do pré-sal e, principalmente, a reforma tributária e fiscal, precisaremos de coragem para mudar esse quadro escandalosamente desequilibrado e injusto.

FHC, 80 anos: a herança definitiva

Jornal O Tempo - 27/6/2011

Descobri o mundo da política no movimento estudantil. Já tinha desenvolvido o sentido da solidariedade no convívio com as jornadas católicas ligadas à Igreja carismática. Daí para a Teologia da Libertação foi um pulo. Na Universidade, no ambiente de refundação da UNE, me liguei à ortodoxia marxista-leninista. Contradições e dúvidas foram me afastando da esquerda ortodoxa. Elegi-me vereador já orbitando em torno do pensamento progressista independente. Dialoguei com os “eurocomunistas” cariocas. Mas, a verdade é que nos dois primeiros anos do meu mandato me ressentia de uma referência ideológica mais sólida.

Foi aí, em 1985, passando por uma banca de jornal que me surpreendi com uma capa da revista “Status” pendurada na parte externa. Geralmente a capa da revista era povoada por mulheres bonitas, essa não. A chamada era: “Um intelectual produzido

para o poder” e apontava o “Felipe González brasileiro”. A guinada editorial da revista tinha levado FHC para sua capa. A entrevista do senador, naquela época ainda no PMDB, marcou minha trajetória e me deu o rumo que até hoje sigo.

Naquele ano, FHC perderia a eleição para Jânio Quadros. Lembro bem que no 15 de novembro, em São Pedro da Aldeia, ao saber o resultado pela TV, me recolhi ao quarto com uma tristeza enorme.

Recentemente, na antevéspera da 10ª Convenção Nacional do PSDB e próximo ao seu aniversário de 80 anos, visitei FHC em seu instituto no centro da capital paulista. Foi uma divertida e produtiva conversa. Encontrei um líder cheio de energia, de bem com a vida e no auge da maturidade intelectual. Como sempre, bem humorado: “80 anos? Isso é intriga do PT. Vou fazer bem menos”.

Não gosto muito de colecionar ídolos na política. Meus ídolos sempre foram Pelé, Tostão e Zico, Milton, Chico, Caetano e Paulinho, Drummond, Guimarães e Pessoa, Picasso, Van Gogh, Portinari, Beatles, Miles Davis e Louis Armstrong. A política é controversa e complicada demais para gerar ídolos. Mas, da política no Brasil, se há alguém que é referência para mim é FHC. Ao lado de JK, Tancredo, Ulisses e Covas.

Mas a identificação e admiração maior sempre foram na direção de FHC. Desde a leitura de “Desenvolvimento e Dependência na América Latina” até o acompanhamento de sua militância em favor da democracia nos anos 80.

O destino foi generoso. Entregou a condução do país a um dos poucos estadistas que ocuparam a Presidência. A democracia se consolidou, a inflação foi domada, o Estado reformado, a economia modernizada, a miséria e a pobreza atacadas, o Brasil preparado para o mundo globalizado, a faixa presidencial (em momento raro de nossa história republicana) passada para um operário da oposição, democraticamente eleito.

O Brasil deve muito a FHC. Quem contar a história brasileira e não der papel de destaque a FHC, ou estará desinformado ou estará mentindo. Viva seus 80 anos! Ou será mesmo (a idade) um boato espalhado pelo PT?

Política industrial, BNDES e prioridades orçamentárias

Jornal O Tempo - 20/6/2011

Quarta, 8 de junho, 21 horas. A Câmara dos Deputados derrotou a moção de repúdio ao fato da presidente Dilma não ter recebido a advogada iraniana Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz em 2003. Votaram mais de 360 deputados.

Às 21h30, colocou-se em discussão a Medida Provisória 526/2011. Restavam não mais que dez deputados no Plenário.

O dia tinha sido longo. Na reunião instalada às 14 horas se falou de tudo e mais alguma coisa. No momento em que o assunto mais importante ia ser discutido, havia menos de dez deputados no Plenário.

Em nome do PSDB, subi à tribuna. Revelei minha estranheza quanto ao esvaziamento do Plenário, quando iríamos debater a transferência de R\$ 55 bilhões do orçamento da União para que o BNDES pudesse dar continuidade ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI), levando a cabo operações de crédito altamente subsidiadas notadamente a grandes empresas.

O papel do Congresso Nacional é fazer boas leis, leis justas. Leis que carreguem os valores da equidade, da justiça e da liberdade. Não é o caso da MP 526.

Aspectos secundários da MP são positivos: crédito subsidiado para produtores e empresas, atingidos por desastres naturais e normas favoráveis aos hospitais filantrópicos.

Mas a essência é absurda. O que está em jogo? Uma brutal transferência de renda e uma inversão de prioridades, tirando dinheiro da saúde pública, da educação e das políticas sociais para bancar a diferença existente entre a taxa de juros de captação do Governo (SELIC de 12,25%) e a dos empréstimos do PSI (em torno da TJLP de 5% a 8%). Como já disse Milton Friedman “não existe almoço grátis”, e como afirmam os gestores de finanças públicas “dinheiro não tem carimbo”. Com esses R\$ 55 bilhões autorizados chegaremos à astronômica cifra de R\$ 270 bilhões, injetados no BNDES. Dinheiro do contribuinte que poderia ter aplicações alternativas.

Em tempos de depressão se justificaria como política anticíclica. Mas a economia brasileira experimentou um crescimento de 7,5% do PIB, em 2010.

As operações de crédito são extremamente concentradas. Das operações, 72% se concentram em grandes empresas. Apenas 13% dos créditos foram para micro e pequena empresa.

Ao final de meu pronunciamento pontuei duas questões. Primeiro, quem tem R\$ 270 bilhões para comprar títulos do governo? Não seriam os mesmos agentes econômicos que estariam ganhando duplamente: na ponta do crédito subsidiado e na outra da especulação, usufruindo a maior taxa real de juros? Não seria isso a velha ciranda financeira? Em segundo lugar, por que a taxa de investimentos não acompanha o ritmo de crescimento do PIB?

Nem sempre intenção e gesto caminham juntos. Retórica é uma coisa, realidade é outra. O PT tem sido generoso com as grandes empresas, sacrificando inclusive recursos vultosos que poderiam melhorar a saúde, a educação e o salário mínimo.

A melhor saída

Jornal O Globo - 12/6/2011

Assistimos nas últimas semanas à precoce crise do governo Dilma. Logo após o período conhecido como “lua de mel”, Dilma se viu mergulhada em situação preocupante que combinava ameaça de descontrole inflacionário, desastrosa condução na votação do Código Florestal e conflitos com a bancada evangélica. Para agravar o “inferno astral”, o principal ministro do governo foi colocado em xeque, quanto a práticas questionáveis no período em que Palocci era deputado, coordenador da campanha de Dilma e da transição governamental.

Considero Palocci o melhor quadro do PT depois do ex-presidente Lula. Foi ele o grande fiador da equipe econômica para que, numa brusca virada em relação ao programa histórico do PT, fossem mantidas as bases do Plano Real. Um quadro mais experimentado inclusive que a própria presidente Dilma, que chegou ao poder fruto de uma série de acidentalidades da era pós-mensalão. Se não fossem José Dirceu e Francenildo, Palocci provavelmente estaria ocupando a cadeira presidencial.

As informações de que Palocci teria multiplicado por vinte seu patrimônio, realizado compras imobiliárias milionárias e faturado cerca de R\$20 milhões só em 2010 caíram como bomba num quadro já explosivo. O silêncio eloquente e retumbante, por três semanas, agravou a situação. A entrevista ao “Jornal Nacional” pouco ajudou. Não é crime ficar rico. O problema é a prática incestuosa e não republicana misturando público e privado. Uma coisa é vender cimento, carros ou alimentos. Outra é vender serviços de consultoria. Como faturar R\$ 20 milhões em consultoria, quando coordenava uma campanha, e R\$ 10 milhões, de novembro a dezembro, quando, como coordenador da transição, tinha acesso a informações estratégicas e sigilosas? Houve ou não tráfico de influência e lobby ilegítimo?

Some-se a isso a intervenção desastrosa do ex-presidente Lula, que em dois dias em Brasília minou a autoridade de Dilma e aguçou as dúvidas sobre sua real aptidão para a Presidência da República.

Ressalte-se que não falamos da discussão levantada sobre os conselhos de Maquiavel ao Príncipe: “Os fins justificam os meios”. Nada a ver com o que nos fala Weber sobre ética de responsabilidade e ética de convicções. Bobbio clareou que o caráter amoral da política introduzido por Maquiavel tem a ver com objetivos de Estado e com conquistas da sociedade, e não com enriquecimento individual e objetivos particulares. A licença moral dada aos poderosos é para realizar grandes feitos, grandes coisas. Não para incrementar faturamentos improváveis ou para a compra de apartamentos. Em nome da ética e em favor da governabilidade o afastamento de Palocci foi importante. Foi bom para o País, para a sociedade e para o próprio governo Dilma.

O futuro do país, o PSDB e a 10ª Convenção Nacional

Jornal O Tempo - 6/6/2011

Nas modernas democracias, o sistema político é estruturado em torno de duas colunas vertebrais. É assim com Democratas e Republicanos nos EUA, Trabalhistas e Conservadores na Inglaterra, PSOE e Partido Popular na Espanha, União por um Movimento Popular e Partido Socialista na França, União Democrata-Cristã e Partido Social-Democrata na Alemanha.

No Brasil nossa recente e madura democracia se organiza em torno da polarização entre o PSDB e o PT. Portanto, aquilo que acontece dentro dos dois partidos interessa a todos.

O PSDB tem uma bela histórica marcada pela coerência e consistência; tem seus princípios ancorados em figuras como Mário Covas e Franco Montoro; tem uma prática que transformou o país com o Plano Real, as políticas sociais e a cultura da responsabilidade fiscal.

Realizamos nossa 10ª Convenção Nacional. Militantes e dirigentes de todo o Brasil se reuniram em Brasília para cristalizar um importante momento na construção do futuro.

Em 2010, colhemos um resultado contraditório. Se por um lado, fomos o partido que mais elegeu governadores, num total de oito, espalhados pelas cinco regiões brasileiras, envolvendo 50% do PIB brasileiro e mais de 64 milhões de brasileiros. Por outro, diminuimos nossa representação no Congresso Nacional e perdemos nossa 3ª sucessão presidencial consecutiva.

Elegemos a nova Executiva Nacional tendo à frente o experiente deputado Sérgio Guerra (PSDB/PE). Para a Presidência do Instituto Teotônio Vilela escalamos o ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB/CE), figura fundamental no PSDB. E constituímos um Conselho Político Nacional com papel estratégico de formulação de diretrizes ideológicas e políticas, composto por seis grandes figuras: Fernando Henrique Cardoso, Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin, Marconi Perillo e Sérgio Guerra.

O mais importante é que alcançamos o nosso maior objetivo: unidade de ação e comando. O monolitismo de pensamento não é possível e nem desejável. Nem na China de Mao (“que despertem mil flores, que desabrochem mil ideias”) e na URSS de Stálin o partido no poder era monolítico. Só que lá a divergência tinha triste destino: a Sibéria, os campos de reeducação ou mesmo o paredão. Aqui temos um partido aberto e democrático. Um partido político é um instrumento de luta pelo poder em nome de determinados valores e objetivos. Tomada a decisão é preciso que todos remem na mesma direção.

Os partidos têm grande dificuldade de vocalizar os interesses dos diversos segmentos de uma plural e multifacetada sociedade. O PSDB quer mais uma vez inovar.

Avançar na democracia interna, recrutar quadros qualificados, aprofundar seus laços com a sociedade civil e traçar uma política de comunicação e mobilização social que toque o coração e a mente das pessoas.

Demos um passo. O Governo Dilma vive uma precoce crise. O Brasil espera muito do PSDB. Que estejamos à altura de nosso papel histórico.

A medida provisória 512 e a área mineira da SUDENE

Jornal O Tempo - 30/5/2011

Uma das funções essenciais da ação governamental é a de contrabalançar as enormes desigualdades produzidas pela economia de mercado. Só a ação do Estado pode, através das diversas ferramentas de políticas públicas, redistribuir renda, induzir o crescimento de regiões pobres e discriminar positivamente os elos mais frágeis do tecido econômico e social.

Minas Gerais tem experimentado intenso crescimento econômico, acima da média brasileira. Em 2010, crescemos a ritmo chinês. O crescimento do nosso PIB foi de 10,9% contra os 7,5% registrados pela economia brasileira. É o maior índice desde que a FJP começou a publicar o dado, em 1995. Isso é fruto do cenário internacional favorável, das condições macroeconômicas construídas pelo Plano Real, das políticas estruturantes do Governo de Minas, da qualidade de nossos trabalhadores e da capacidade empreendedora de nosso empresariado.

Mas é necessário qualificar a análise sobre a economia mineira. Temos grandes empresas como FIAT, CEMIG e USIMINAS. Grande é o potencial no setor de tecnologia da informação. A biotecnologia é uma grande promessa. A FIAT e a Mercedes garantirão a expansão de nosso parque automotivo. Mas fato é que ainda possuímos uma economia centrada excessivamente em produtos primários agrícolas e minerais e em semielaborados. Diversificar nossa economia e agregar valor e densidade tecnológica é prioridade absoluta.

Por outro lado, a distribuição espacial do desenvolvimento de Minas Gerais é extremamente desigual. É só ver a distribuição do PIB (2008) nas diversas mesorregiões (IBGE): Metropolitana de BH (44%), Triângulo/Alto Paranaíba (15,2%), Mucuri (0,9%), Jequitinhonha (1,2%) e Norte de Minas (4%).

No apagar das luzes, em novembro de 2010, o Governo Lula publicou a medida provisória 512, feita sob medida para deslocar parte dos novos investimentos da FIAT para Pernambuco.

No café da manhã promovido pelo Governador Anastasia com a bancada federal, o Senador Aécio Neves lançou a ideia de solicitarmos ao relator da MP, Deputado Moreira Mendes (PPS), que incluísse no PLC uma emenda garantindo a extensão do prazo de vigência dos benefícios para atração de investimentos automotivos, incluindo a área mineira da SUDENE no raio de ação de seus efeitos. O

relator acolheu a sugestão e no dia da votação na Câmara dos Deputados, o líder do Governo, o Deputado Cândido Vaccarezza (PT), e o Deputado Alfredo Sirkis (PV) encaminharam contra. Eu e Paulo Abi-Ackel (PSDB) encaminhamos a favor. Ganhamos de 333 votos a 41, indo o Projeto de Lei à sanção presidencial.

Para espanto das lideranças mineiras a Presidente Dilma vetou os artigos que beneficiavam o Jequitinhonha, o Mucuri e o Norte de Minas, sob o silêncio da bancada e lideranças do PT de Minas.

Oportunidades assim não aparecem a todo o momento. É preciso que a população de Minas Gerais identifique quem realmente defende e luta pelos interesses de nossa população.

A agenda de desenvolvimento da Mata Mineira

Jornal O Tempo - 23/5/2011

No dia 13 de maio, se reuniu a Assembleia Regional da Zona da Mata para debater a Agenda de Desenvolvimento. Dezenas de prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais, lideranças empresariais e da sociedade civil participaram do evento. Demonstrando a unidade política para superação da estagnação econômica regional, estiveram presentes cinco deputados federais (Gabriel Guimarães, Julio Delgado, Renzo Braz, Reginaldo Lopes e Marcus Pestana) e dois estaduais (Braulio Braz e Bruno Siqueira). Nasceu uma convergência inédita em torno de objetivos comuns.

O esforço coletivo foi capitaneado pela UFJF, pela FIEMG regional, pela AMPAR e pela Agência de Desenvolvimento. Responde à duas fortes percepções: que a Zona da Mata atravessou um grave esvaziamento econômico e que as lideranças não se unem em torno de uma agenda comum.

O documento inicial para a discussão, apresentado pelo Professor Lourival Batista, não deixa margens a dúvida. Segundo o IBGE, entre os anos de 1999 e 2008, enquanto o PIB real de Minas Gerais cresceu 53,4% e o da Região Metropolitana teve variação positiva de 69,6%, o PIB real da Zona da Mata teve incremento de apenas 32,0%, colocando a região na penúltima posição entre as 12 mesorregiões do estado. Ou seja, a Zona da Mata, berço da industrialização mineira, está perdendo posições relativas em relação a Minas Gerais e ao Brasil, com fortes repercussões na geração de renda e emprego.

Houve consenso absoluto de que não adianta “chorar o leite derramado”. O primeiro objetivo é gerar concordância sobre a Agenda de Desenvolvimento Regional, que sintetizaria programas e projetos prioritários. Nessa primeira iniciativa focou-se nas microrregiões de Ubá, Cataguases/Leopoldina, Muriaé e Juiz de Fora, englobando 85 municípios.

A agenda elenca uma série de ações prioritárias na matriz rodoviária, a consolidação do projeto estruturante do Aeroporto Regional, o novo Hospital

Universitário e a Rede de Urgência e Emergência, cinturão de segurança pública na fronteira, enfrentamento da Guerra Fiscal agressiva promovida por RJ e ES, programa de diversificação e aumento da produtividade do agronegócio regional, implantação do Parque Tecnológico, criação de incentivos para os municípios com fraco potencial de desenvolvimento.

Foi aberta uma tribuna livre de debates na Internet e a próxima etapa será no dia 20 de junho, em nova assembleia, para a entrega do documento definitivo aos Governos Federal e Estadual, para qual foram convidados os secretários estaduais Danilo de Castro, Renata Vilhena e Dorothea Werneck e os ministros Fernando Pimentel e Miriam Belchior.

Uma chama de esperança se ascendeu na Mata Mineira. Temos orgulho de nossas tradições históricas e culturais. Mas não queremos viver do passado. Reivindicamos participar do desenvolvimento brasileiro no século XXI. O primeiro passo foi dado. E o importante é a inédita união entre as principais lideranças da região.

Entrevista

“Márcio Lacerda é um excelente candidato”

Deputado federal e atual presidente do PSDB mineiro, Marcus Pestana descarta crise entre os tucanos e acredita na composição com atual prefeito de BH.

*Por João Pombo Barile e André Lamounier
Revista Encontro (Edição de maio/2011)*

Que o deputado federal Marcus Pestana foi um administrador público elogiado todos sabem. Sua gestão nos dois governos de Aécio, comandando a Secretaria da Saúde, virou referência nacional. Ganhou até elogio público do ministro da Saúde do governo Lula, o petista Humberto Costa. O que talvez pouca gente conheça é sua capacidade de articulação política. Nos últimos meses, Pestana se transformou em um dos grandes nomes do PSDB nacional. Homem de bastidores, aos poucos vai ajudando a construir, e a consolidar, a candidatura do senador Aécio Neves à presidência da República.

Nascido em Juiz de Fora, Pestana iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, ainda no final da década de 70. Um dos fundadores do PSDB nos anos 80, ele coordenou em Minas as campanhas eleitorais de Mário Covas à presidência da República, em 1989, e de Pimenta da Veiga ao governo de Minas, em 1990. Em abril, foi em um almoço com Pestana que o prefeito Márcio Lacerda admitiu, pela primeira vez publicamente, que era candidato à reeleição. Pestana concedeu entrevista a Encontro. Leia a seguir os principais trechos da conversa.

ENCONTRO – A primeira vez que Márcio Lacerda admitiu, publicamente, que é candidato à reeleição foi num almoço com o senhor. Lacerda é mesmo o candidato do PSDB à prefeitura?

MARCUS PESTANA – Desde que foi instituída a reeleição, o natural é que o prefeito, o governador ou presidente da República seja candidato. Afinal, o que está em jogo é a avaliação do seu patrimônio político. O Márcio vem fazendo uma boa administração. Ele não é um político de carreira, foi um militante ativo do movimento progressista na juventude e depois, pelos atalhos e caminhos da vida, virou um grande empresário. Ele até gosta de dizer que foi a ditadura que o transformou num empresário de sucesso. Senão ele teria sido, durante toda a vida, um servidor da Telebrás. Mas as circunstâncias o levaram a ser prefeito de BH. É aquilo que Maquiavel escreveu em O Príncipe: o governante precisa de virtude e sorte. Muita gente tem muita virtude. Mas não tem sorte. E o contrário também. Tancredo Neves também tinha uma boa frase sobre essa situação. Ele sempre dizia: “Política é destino”. O Aécio sempre fala isso. Ninguém se torna presidente, governador ou prefeito por obsessão. O Márcio, por uma conjunção, acabou se elegendo prefeito.

ENCONTRO – A aliança do PT e PSDB surgiu por acaso...

MARCUS PESTANA – Não é bem assim. Em primeiro lugar, havia uma parceria testada entre a administração de Aécio, do PSDB, e o prefeito Pimentel, do PT. Não foi um processo abstrato, que surgiu do nada. Havia uma prática. E te dou um exemplo: na crise da saúde, no Rio, que envolveu o ministro Humberto Costa, o governador Garotinho e o prefeito César Maia, Minas era citada como exemplo.

ENCONTRO – Naquele momento, não interessava o confronto nem para o Aécio e nem para Pimentel...

MARCUS PESTANA – Exatamente. E tem mais: para mim, em política, partido é instrumento. Não é um fim em si mesmo. E isso não é retórica. Nós temos que ter foco no cidadão: pensar a eleição municipal de outra maneira. É por isso que sou contra a coincidência entre eleição municipal e presidencial. Porque são coisas muito distintas. Quando você elege um prefeito, você está elegendo o melhor gerente. Ele tem uma liderança política, mas o foco é eleger um bom gerente.

ENCONTRO – É público e notório que a relação entre o prefeito Lacerda e o seu vice, Roberto Carvalho, não vai bem. Essa relação não inviabilizaria a aliança?

MARCUS PESTANA – O Hélio Garcia [governador de Minas entre 1984 e 1985, e de 1991 a 1994] gostava de dizer que “vice, se não atrapalhar, já está ajudando muito”. Dizem que o Roberto tem mais atrapalhado do que ajudado. Há uma grande insatisfação com sua postura. Eu tenho a impressão de que o PT – depois da desastrosa aliança com o Newton Cardoso em 2006, do racha profundo de 2008 na aliança que fizemos com eles e o péssimo resultado da aliança com Hélio Costa em 2010 – vive uma espécie de ressaca. Não se esqueçam de que o Serra ganhou da Dilma aqui em BH. Um resultado simplesmente inimaginável alguns anos atrás. Assim, é natural que o PT queira agora resgatar a sua história com uma candidatura própria. E o Roberto Carvalho, juntamente com setores ligados ao Patrus e a setores mais radicais do PT, está advogando e trabalhando por essa postura. A ala do Pimentel, do Miguel Correia, de Reginaldo Lopes, defende um diálogo entre os dois partidos. É natural que seja assim. Também no PSDB existem setores que não querem a aliança.

ENCONTRO – A melhor candidatura para a cidade seria então o Márcio Lacerda?

MARCUS PESTANA – Nós, políticos, somos muito autocentrados, egocêntricos. Falamos mais do que ouvimos e não aceitamos que nós, do ponto de vista histórico, não somos tão importantes assim. A questão dos nomes não é tão relevante. Quando você vai para uma eleição municipal, a primeira pergunta que deve ser feita não é qual o melhor prefeito para governar a cidade nos próximos quatro anos. Lacerda é um excelente candidato para a capital.

ENCONTRO – Mas o PSDB vai ou não apoiar a candidatura Lacerda?

MARCUS PESTANA – É muito cedo ainda para afirmar. Eu não entendo essa precipitação do calendário. Tem outra frase do Hélio Garcia que eu gosto muito: ele dizia que eleição é coisa para “depois da parada” (a Parada Militar de 7 de Setembro). É verdade que a eleição na época do Hélio era em 15 de novembro e hoje ela ocorre antes. Mas eu fico assombrado com essa presa. A população não está preocupada com isto. O Márcio criou até uma metáfora interessante para explicar sua atual situação. Ele me disse que estava igual um filho de casal que está se separando. E fala assim: “Pô, pai, pô mãe. A gente é tão legal. Vamos ficar juntos...” Mas aí eu pergunto: quem foi a mãe zelosa dessa relação? Foi o PSDB. As grandes obras de BH foram feitas por nós. Pelo Aécio e pelo Anastasia. A Expominas, a Linha Verde, a duplicação da [avenida] Antônio Carlos, a abertura do Hospital de Venda Nova, a revitalização do [pronto-socorro] João XXIII, o projeto da Cidade Administrativa, o Vetor Norte... E o governo federal com o metrô e o Rodoanel? Andou algum quilômetro? Quem é a mãe zelosa?

ENCONTRO – Mas nada ainda está definido...

MARCUS PESTANA – Vamos definir só em 2012. Já tive uma conversa com o prefeito, outra com o ex-ministro Walfrido Mares Guia. O Aécio gosta muito de uma frase do Tancredo, que diz: “Uma decisão certa no tempo errado é uma decisão errada”. O Aécio é craque nisso. Talvez toda a

habilidade de Aécio como político é que ele sabe administrar duas coisas essenciais: informação e tempo. Ele não gasta energia à toa.

ENCONTRO – A maioria dos analistas políticos diz que não existe mais clima para se repetir a aliança PT e PSDB...

MARCUS PESTANA – Eu ouço coisas diferentes nos encontros que tenho tido. Eu não diria nem que sim e nem que não. Mas, nas conversas que tenho tido com o Walfrido e com o Pimentel, ouço outra coisa. Gosto sempre de voltar aos clássicos e lembro o então deputado Ulisses Guimarães. Ele gostava de dizer que o combustível da política é a saliva. É claro que houve experiências traumáticas. Mas temos que sentar e conversar sobre as cidades e sobre as pessoas.

ENCONTRO – O PSDB indicaria o vice?

MARCUS PESTANA – Nós queremos o vice. Simbolicamente é importante. Existem pessoas importantíssimas no partido, como Eduardo Azeredo e Rodrigo de Castro, que acreditam que seja muito importante que o PSDB tenha o vice. Outros, como o deputado [Carlos] Mosconi, já se posicionaram numa perspectiva mais aberta e estão abertos à negociação.

ENCONTRO – Inclusive o próprio senador Aécio?

MARCUS PESTANA – O próprio Aécio. Outro dia, um deputado em Brasília, o nome eu não lembro agora, usou uma boa metáfora para definir o estilo político do Aécio. Ele disse: o senador Aécio é um chaveiro ilusionista. Ele deixa todas as portas abertas. Ele finge que fecha, mas todas as portas ficam abertas. O Aécio é um construtor de pontes. Ele tem uma virtude que poucas pessoas têm no quadro atual. Poucos ainda entenderam a importância da aliança estratégica de 2008.

ENCONTRO – Por que o senhor discorda da tese corrente de que o PSDB vive uma crise de identidade?

MARCUS PESTANA – A mídia adora falar isso. Quando começou o novo ciclo político pós-Lula, imediatamente tivemos o encontro dos oito governadores tucanos aqui. Na semana seguinte, tivemos o primeiro discurso do Aécio no Senado, que foi um fenômeno. O Sarney ficou até sem graça, porque teve que engavetar o regimento da casa: o tempo previsto era de 25 minutos. Ele durou cinco horas com a presença de mais de 100 deputados federais no plenário e quase todos os senadores. O discurso de Aécio foi balizador. Ele é o grande líder deste ciclo na oposição.

ENCONTRO – Ele vai mesmo assumir o papel de líder da oposição?

MARCUS PESTANA – Aécio é o mais talentoso político nascido nos últimos 60 anos no Brasil. Ele é, disparadamente, a pessoa que tem mais experiência entre os políticos da sua geração. Fez uma das melhores administrações da história do nosso estado. A melhor administração desde Juscelino. É, sem dúvida, o grande líder da oposição. Para mim, existem três pessoas centrais neste novo ciclo depois do governo Lula: o Lula, que permanece, a Dilma e o Aécio.

ENCONTRO – Mas, nacionalmente, sobretudo em São Paulo, o PSDB não vive uma crise de identidade?

MARCUS PESTANA – Não. O que existem são crises regionais, locais. Em Brasília eu sempre digo: em Minas não há crise alguma. Fizemos os principais cargos da Assembleia Legislativa, ampliamos em 33% nossa bancada federal. Na campanha do Anastasia não faltou jovem, não faltou sindicalista, artistas.

ENCONTRO – Vamos falar um pouco da reforma política. Qual a sua posição?

MARCUS PESTANA – O problema é que os deputados não são eleitos e reeleitos de acordo com

os méritos. Cito dois deputados, do PSDB de São Paulo, Arnaldo Madeira e Antonio Panunzio. Eles foram líderes do PSDB e perderam a eleição. O desempenho não tem relação. Eu, que estou no primeiro mandato como deputado federal, já fui alertado pelos mais experientes: o que a gente faz na Câmara é uma coisa e a eleição é outra coisa. Nosso modelo político é um dos piores do mundo e virou um entrave para a democracia brasileira. Qual é o objetivo de se fazer a reforma política? Primeiro: criar vínculos entre os representantes e os representados, entre o Congresso e a sociedade. Números de várias pesquisas mostram que dois anos depois das eleições, 70% dos eleitores não sabem em quem votaram. Que vínculo é este? Eu mesmo fiz um teste na Convenção Municipal do PSDB de Juiz de Fora, que é a minha cidade. Perguntei quem sabia como eu tinha votado na questão do salário mínimo, no trem-bala, no acordo de Itaipu e no Jequitinhonha. Ninguém sabia dizer. Eram todos militantes e não sabiam como eu tinha votado.

ENCONTRO – A solução seria o voto distrital misto?

MARCUS PESTANA – Hoje, o mandato político é solto. É preciso ancorá-lo em alguma coisa: ou você ancora nas idéias (na lista) ou ancora no território (no distrito, nas cidades). O voto distrital puro, que é o da Inglaterra, França, Estados Unidos, tem um problema grave: ele suprime, em geral, as minorias temáticas ideológicas. Cito um exemplo: o deputado Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas, que representa um segmento importante da sociedade civil organizada, que são as Apaes. Ele faz uma campanha barata, eficiente, militante, e várias Apaes o elegem. No distrital puro ele não teria lugar. Já o voto em lista fechada, que funciona em Portugal e na Espanha, acho até melhor: acredito que não importam tanto as pessoas quanto as ideias que regem a sociedade. Mas o problema do voto em lista é que ele seria amplamente rejeitado no Brasil, pois temos uma cultura presidencialista, personalista e aí os adversários da lista fechada não vão deixar.

ENCONTRO – A solução seria uma mistura dos dois?

MARCUS PESTANA – É isso que eu advogo: um modelo distrital misto, de tipo alemão. Assim, 50% das vagas seriam por lista e 50% nos distritos. Você criaria vínculo com as idéias e com os territórios. Acho que esse poderia ser um caminho para melhorarmos o nosso sistema político. O atual sistema político das campanhas é humilhante para quem é honesto e, para quem não é, é a porta da corrupção.

ENCONTRO – Há alguma coisa de concreto numa fusão do PSDB com o DEM?

MARCUS PESTANA – Isso não existe. Primeiro porque não há tempo para organizar as bases municipais. Você tem até outubro para ter o processo de filiação para quem vai concorrer em 2012. Segundo: nós escancararíamos uma janela muito maior do que a janela de Kassab. Se fizermos esta fusão, qualquer prefeito ou vereador, deputado federal e estadual que quisesse pular para o barco da Dilma pularia. Isso iria fortalecer o adversário. A diferença do Aécio para alguns trogloditas da nossa política é que, para o Aécio, política é esgrima, é xadrez. Não é rúgbi e nem vale-tudo. E em terceiro lugar, nós perderíamos prerrogativas regimentais dentro do Congresso: para fazer obstruções, precisamos de número e somos minoria. Se nos fundirmos, ao invés de três líderes, como temos hoje, teríamos apenas um.

ENCONTRO – Depois das eleições municipais esta fusão seria possível?

MARCUS PESTANA – Depois, sim. Aí pensaríamos no melhor caminho.

ENCONTRO – A eleição de Sérgio Guerra, no último dia 28, significou uma vitória mineira dentro do PSDB?

MARCUS PESTANA – Não. Não tem nada disso, não. Eu costumo dizer que Minas precisa de São Paulo, São Paulo precisa de Minas, e o Brasil é muito maior que São Paulo.

ENCONTRO – O governo Dilma vai indo bem?

MARCUS PESTANA – Não. Assim como o governo Lula, a Dilma deixa transparecer um baixo potencial transformador, uma baixa energia para a promoção de reformas estruturais. Reformas estruturais geram desgastes. Estadista não faz média com o senso comum. Estadista é aquele que enfrenta os problemas com todas as suas contradições para transformar. Fernando Henrique foi um grande estadista. Para quebrar o monopólio de petróleo da Petrobras ou das telecomunicações. A Dilma não é uma estadista. É uma boa gerente. Mas ela não tem se rebelado. O manual de política diz que reformas estruturais profundas, você faz no primeiro ano, quando você tem seu capital político integral e que vai se desgastando ao longo do tempo. Ela tem revelado baixíssimo interesse em mudanças.